

INTEGRAÇÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NO ENSINO SUPERIOR

Promoção da Literacia em Segurança e Saúde
no Trabalho na Comunidade Académica

TÂNIA FILIPA PEREIRA DA SILVA

Provas destinadas à obtenção do grau de Mestre em Gestão de Segurança
e Saúde no Trabalho

Outubro de 2023

ISEC LISBOA | INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS
Escola de Gestão, Engenharia e Aeronáutica

**INTEGRAÇÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NO ENSINO
SUPERIOR**

Promoção da Literacia em Segurança e Saúde no Trabalho na Comunidade
Académica

Autor: Tânia Filipa Pereira da Silva

Orientador: Professor Doutor Carlos Gomes de Oliveira

Outubro de 2023

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Carlos Gomes de Oliveira pela disponibilidade e ensinamentos transmitidos. Por ser um motivador e incentivador, que em muito contribuiu para a conclusão desde curso.

Ao ISEC Lisboa por permitir a participação em conferências, fundamentais para a minha evolução como estudante e profissional.

Aos meus colegas Marta, Joana, Telmo e Luís, por me ajudarem quando mais precisei.

Ao meu marido e aos meus filhos, em especial a minha Madalena, que me ensina todos os dias a acreditar e sonhar.

“Continuamos a avançar, a abrir novas portas e a fazer coisas novas, porque somos curiosos e a curiosidade leva-nos sempre por novos caminhos”.

Walt Disney

Resumo

O estudo da integração da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) no Ensino Superior, procura efetuar uma revisão narrativa de literatura, focada na sua importância na comunidade académica e orientada para papel das Instituições de Ensino Superior (IES) na promoção da literacia em SST na comunidade académica. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera que a formação de profissionais especializados, o desenvolvimento de competências nos estudantes e a promoção da literacia em Prevenção e Segurança e Saúde no Trabalho são responsabilidades das IES (EU-OSHA 2021). Relativamente a uma estratégia direcionada para a comunidade académica, existem orientações nacionais até ao nível do ensino secundário, ficando as Instituições livres e responsáveis pela definição das linhas que mais se adequam a cada IES (Direção-Geral da Educação 2021). Através da criação de redes de contacto entre IES, foram definidas algumas estratégias direcionadas para o Ensino Superior. Em resposta à legislação nacional a maioria das IES consideram os serviços de SST no seu planeamento e objetivos estratégicos, bem como promovem ações de SST para os seus trabalhadores docentes e não docentes. O presente estudo permitiu efetuar uma análise direcionada para a perceção das estratégias privilegiadas para a integração da SST nas IES. Embora não exista uma uniformização ou referenciais, em Portugal, que permitam uma abordagem específica para o ensino superior, a maioria das IES implementou estratégias que integram SST e contribuem para a promoção da saúde da comunidade académica, tendo-se identificado as estratégias utilizadas para a promoção da literacia em SST.

O Ensino Superior pode contribuir para que os estudantes desenvolvam competências para a prevenção de fatores de risco ocupacionais, e para melhorar as condições de saúde e qualidade de vida da comunidade académica.

Palavras-chave

Literacia, Segurança e Saúde no Trabalho, Saúde Ocupacional, Ensino Superior, Promoção da Saúde.

Abstract

The study of the integration of Occupational Safety and Health (OSH) in Higher Education seeks to carry out a narrative review of literature, focussed on its importance in the academic community and oriented to the role of Higher Education Institutions (HEI) in promoting OSH literacy in the academic community. The International Labour Organisation (ILO) considers that the training of specialised professionals, the development of skills in students and the promotion of literacy in Prevention and Safety and Health at Work are the responsibilities of HEI (EU-OSHA 2021). Regarding a strategy directed to the academic community, there are national guidelines up to the level of secondary education, leaving the Institutions responsible for defining the lines that best suit each IES (Directorate-General for Education 2021). Through the creation networks between HEI, some strategies aimed at Higher Education were defined. In response to national legislation, HEI consider OSH services in their strategic planning and objectives, as well as promoting OSH actions for their teaching and non-teaching workers. This study allowed an analysis directed to the perception of privileged strategies for the integration of OSH in HEI. Although there is no standardisation or benchmarks in Portugal that allow a specific approach to higher education, most HEI have implemented strategies that integrate OSH and contribute to the promotion of the health of the academic community, and the strategies used for the promotion of OSH literacy have been identified. Higher Education can contribute not only to students and future professionals to develop skills for the prevention of occupational risk factors, but also to improve the health conditions and quality of life of the academic community.

Keywords

Literacy, Safety and Health at Work, Occupational Health, Higher Education, Health Promotion.

Índice

Agradecimentos	III
Resumo.....	V
Índice de Figuras	IX
Índice de Tabelas.....	X
Índice de Gráficos.....	XI
Introdução.....	1
1. Objetivos	3
1.1. Objetivo geral.....	3
1.2. Objetivos específicos.....	3
2. Problemática em estudo	4
2.1. Justificação do estudo	4
2.2. Limitações do estudo	4
2.3. Questão de investigação	4
3. Enquadramento teórico/conceptual/legal.....	5
3.1. A Importância da Segurança e Saúde no Trabalho	7
3.2. Desenvolvimento sustentável.....	10
3.3. Literacia em Segurança e Saúde no Trabalho	16
3.4. Ensino Superior Promotor da Saúde	21
3.5. Integração da Segurança e Saúde no Trabalho no Ensino Superior	24
3.6. O exemplo das Instituições Portuguesas	30
4. Metodologia.....	33
4.1. Procedimentos metodológicos	33
4.2. Tipo de estudo.....	34
4.3. População alvo	35
4.4. Contexto.....	35
4.5. Recolha de dados	36
4.5.1. Fatores de exclusão.....	39
4.6. Aspetos éticos	39
5. Análise e tratamento dos dados	40
5.1. Caracterização da população	41
6. Resultados e Discussão de Resultados.....	43
7. Considerações finais.....	55
Referências.....	58
Anexos.....	65

Anexo I – Identificação das componentes curriculares

Anexo II – Identificação das opções estratégicas

Índice de Figuras

Figura 1-Áreas de especialização da equipa de saúde ocupacional.....	7
Figura 2 – Acidentes de trabalho não mortais na Europa, 2020.....	8
Figura 3 - Acidentes de trabalho mortais na Europa, 2020.....	9
Figura 4 - Fatores que contribuem para o aumento da exposição a fatores de risco profissionais dos trabalhadores mais jovens.	10
Figura 5 - Objetivos de desenvolvimento sustentável - Agenda 2030.....	11
Figura 6 – Potenciais benefícios da Saúde Ocupacional para os ODS 2030.....	12
Figura 7 – Modelo Universidades Saudáveis – Um Modelo para Conceituar e Aplicar uma Abordagem “Whole-University” (Healthy Universities 2023).....	30
Figura 8 - Formação Superior em SST.	32
Figura 9 – Esquema da Recolha, Triagem, Seleção e Inclusão dos Documentos para a Revisão.	37
Figura 10 - Acidentes de trabalho ocorridos em Portugal, por atividade económica. Extrato da síntese 2021.	38
Figura 11 – Caraterização das Instituições de Ensino.	42

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Contributo da Saúde Ocupacional para os ODS 2030.	12
Tabela 2 - Competências associadas ao ensino (Costa e Costa, 2004, pp. 48-49).....	17
Tabela 3 - Critérios para recolha de dados.	37
Tabela 4 - Áreas de formação DGES.....	38
Tabela 5 - Número de cursos analisados.....	42
Tabela 6 - Opções estratégicas adotadas pelas IES portuguesas.....	44
Tabela 7 – Cursos que integram conteúdo de SST no Plano de estudos.	49
Tabela 8 - Análise do conteúdo da UC em SST.....	51

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Segurança e Saúde refletida nos documentos de gestão.	43
Gráfico 2 - Implementação de Serviço de Segurança e/ou Saúde no Trabalho.....	47
Gráfico 3 - Informação disponibilizada pela Instituição no Site Institucional.....	48
Gráfico 4 - Integração da SST no Conteúdo Programático.....	50

Abreviaturas e Siglas

A3ES - Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

AT - Acidentes de Trabalho

CCOHS - Canadian Centre for Occupational Health and Safety

CCP - Certificado de Competências Pedagógicas

CCS - American Chemical Society's Committee on Chemical Safety

DGS – Direção-Geral da Saúde

ENETOSH - Rede Europeia de Educação e Formação em Matéria de Segurança e Saúde no Trabalho

ENSST - Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho

EU-OSHA - Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho

EUROHPU - European Health Promoting Universities

FAP - Federação Académica do Porto

GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento

HEI - Higher Education Institutions

IES – Instituições de Ensino Superior

ILO - International Labour Organisation

ISEC Lisboa - Instituto Superior de Educação e Ciências

IUHPE - International Union for Health Promotion and Education

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial de Saúde

OSH - Occupational Safety and Health

PNS - Plano Nacional de Saúde

REUS - Red Española de Universidades Saludables

RIUPS - Red Iberoamericana de Universidades Promotoras de la Salud

RJPSST - Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho

RPUPS - Rede Portuguesa das Universidades Promotoras de Saúde

SIGQ - Sistemas internos de garantia da qualidade

SSO – Serviços de Saúde Ocupacional

SST- Segurança e Saúde no Trabalho

UE - União Europeia

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Introdução

O presente Estudo decorreu no âmbito do Mestrado em Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho do Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC LISBOA) e pretendeu, através de uma perspetiva exploratória, conhecer o tema da promoção da literacia em Segurança e Saúde no Trabalho nas Instituições de Ensino Superior (IES) portuguesas.

Procurou-se efetuar uma revisão narrativa de literatura sobre os documentos das ofertas formativas e planos de atividades das diferentes IES, complementada com uma revisão sistemática e integrativa da literatura sobre os estudos e artigos sobre o tema, de forma a clarificar as estratégias privilegiadas pelas IES na promoção da literacia em SST junto da comunidade académica.

O ensino superior contribui para o progresso da sociedade contemporânea, e tem um papel fundamental como impulsionador de conhecimento e desenvolvimento da comunidade. Além de formar profissionais habilitados, as IES podem contribuir para o desenvolvimento local, oferecendo serviços que atendem às necessidades da população. As IES são organismos de interesse público, que contribuem para a inovação e desenvolvimento económico, científico, mas também para o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus estudantes e funcionários.

O ensino superior tem como objetivo a qualificação de alto nível dos portugueses, a produção e difusão do conhecimento, bem como a formação cultural, artística, tecnológica e científica dos seus estudantes, num quadro de referência internacional. As IES públicas possuem autonomia pedagógica que lhes confere a capacidade para elaborar os planos de estudos, definir o objeto das unidades curriculares, definir os métodos de ensino, afetar os recursos e escolher os processos de avaliação de conhecimentos, gozando os professores e estudantes de liberdade intelectual nos processos de ensino e de aprendizagem - Regime jurídico das instituições de ensino superior (Assembleia da República 2007).

A influência e afetação a estes organismos assume uma elevada importância na vida daqueles que neles estudam e trabalham. Se por um lado são locais geradores de

conhecimento, qualificação profissional, redes de contactos e possibilitam melhor emprego, por outro, na exposição a fatores de risco para a saúde, podem contribuir para a degradação da qualidade de vida e perda de saúde da sua comunidade académica.

A criação de condições de trabalho e estudo adequadas, a promoção da saúde e a colaboração entre docentes-funcionários-estudantes, podem contribuir para gerações de trabalhadores e estudantes com mais conhecimento e envolvimento nas matérias da prevenção, proteção e promoção da saúde e segurança laboral.

As IES portuguesas, como entidades empregadoras, devem proporcionar aos seus trabalhadores serviços de promoção de segurança e saúde no trabalho, nos termos da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, e suas alterações.

A criação de procedimentos de Segurança e de promoção da Saúde, constituem fortes ferramentas para formar estudantes confiantes, capacitados, conscientes, prevenidos e protegidos durante a vida académica, e futuros trabalhadores mais preparados para o mundo do trabalho, sustentáveis, e para a exigências próprias da população trabalhadora.

Docentes, funcionários e estudantes devem estar atentos para as questões de segurança e saúde nas várias áreas de trabalho-lazer no dia a dia numa IES. Para isso, é necessário criar estratégias de intervenção que permitam gerar conhecimento e incutir boas práticas, de forma transversal, contribuindo para aumentar a literacia em segurança e saúde, numa fase embrionária da formação de um profissional.

1. Objetivos

1.1. Objetivo geral

O presente estudo incide sobre a promoção da literacia em SST pelas IES de Portugal, pelo que com base nas leituras exploratórias efetuadas, se propõe como objetivo geral do estudo: «Conhecer o contributo das IES de Portugal no fomento das competências para a prevenção do risco em SST/Saúde Ocupacional nos diversos contextos laborais».

1.2. Objetivos específicos

Para alcançar este objetivo geral, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as opções estratégicas em promoção da SST nas diferentes IES;
- Caracterizar as áreas e as tipologias de ofertas formativas, graduadas, conferentes de grau, privilegiadas na promoção da literacia em SST/Saúde Ocupacional nas diferentes IES.

2. Problemática em estudo

As IES detêm autonomia pedagógica e científica, pelo que, possuem a capacidade de definir, programar e executar a investigação e demais atividades científicas, elaborar os planos de estudos, definir as unidades curriculares e os métodos de ensino, bem como os processos de avaliação de conhecimentos (DGES s/d). Nesse sentido importa perceber se existe uma integração e planeamento direcionado para os estudantes nas matérias de Segurança e Saúde no Trabalho nestas instituições.

2.1. Justificação do estudo

São inúmeros aos desafios emergentes em Saúde Ocupacional, o que torna urgente a integração do Mundo do Trabalho como um dos domínios da componente curricular da especialização ao nível do Ensino (Direção-Geral da Educação 2021). A OIT, EU-OSHA, e Legislação nacional, definem orientações para a integração das matérias de SST nos vários níveis de ensino. Em Portugal, as IES constituíram redes de trabalho onde deliberaram diretrizes de responsabilidade social e promoção da saúde para a comunidade académica, pelo que se justifica a realização de um estudo para perceber qual o contributo para o desenvolvimento de competências em SST ao longo da formação nas IES em Portugal.

2.2. Limitações do estudo

Considera-se que o método utilizado para a recolha de dados limitou a avaliação dos resultados. A realização de entrevistas ou inquéritos por questionário poderá contribuir para resultados mais precisos nesta matéria.

O universo da amostra requer maior tempo de investigação dedicado à recolha de dados.

2.3. Questão de investigação

Assim, para melhor compreender esta problemática no contexto das IES, coloca-se como questão de investigação: «Qual é a relevância da promoção da literacia em Segurança e Saúde no Trabalho/Saúde Ocupacional no Ensino Superior em Portugal?»

Tratando-se de um estudo de natureza exploratória e com uma orientação qualitativa, não se justifica a formulação de hipóteses de trabalho.

3. Enquadramento teórico/conceptual/legal

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera que as IES são responsáveis na formação de profissionais, no desenvolvimento de competências dos jovens e na promoção da literacia em SST (EU-OSHA 2021).

A União Europeia (UE) considera que é necessário dotar os estudantes de conhecimentos, aptidões e competências e que “o ensino superior contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional dos aprendentes, e ajuda as pessoas a assumirem a responsabilidade pela sua aprendizagem e carreira ao longo da vida” (UE 2017, C 429/3).

A Constituição Portuguesa e o Código do Trabalho consagram os direitos do trabalhador. Na leitura do artigo 59.º da Constituição, lê-se que “Todos os trabalhadores, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, têm direito (...) a prestação do trabalho em condições de higiene, segurança e saúde;” e que “2. Incumbe ao Estado assegurar as condições de trabalho, retribuição e repouso a que os trabalhadores têm direito”. No artigo 64.º o direito à proteção da saúde é realizado “b) Pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam, designadamente, a proteção da infância, da juventude e da velhice, e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável.” (Assembleia da República 2021).

O Código do Trabalho, através da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e respetivas alterações, vem estipular no seu artigo 127.º que “O empregador deve (...) Respeitar e tratar o trabalhador com urbanidade e probidade, afastando quaisquer atos que possam afetar a dignidade do trabalhador, que sejam discriminatórios, lesivos, intimidatórios, hostis ou humilhantes para o trabalhador, (...); Proporcionar boas condições de trabalho, do ponto de vista físico e moral; (...) Prevenir riscos e doenças profissionais, tendo em conta a proteção da segurança e saúde do trabalhador, devendo indemnizá-lo dos prejuízos resultantes de acidentes de trabalho; h) Adotar, no que se refere a segurança e saúde no trabalho, as medidas que decorram de lei ou instrumento de regulamentação coletiva de trabalho; i) Fornecer ao trabalhador a informação e a formação adequadas à prevenção de riscos de acidente ou doença.” (Assembleia da República 2009).

A proteção dos trabalhadores contra doenças e acidentes de trabalho é identificada no preâmbulo da Constituição da OIT como uma das bases fundamentais para assegurar a justiça social e para o futuro dos trabalhadores (OIT 2015).

A Convenção n.º 155 da Conferência Geral da OIT veio recomendar que as entidades empregadoras capacitem os seus trabalhadores e representantes, através de formação em SST, e aos Estados-Membros a adoção de medidas para promover a “inclusão de temas de segurança, higiene e ambiente de trabalho nos programas de educação e formação a todos os níveis, incluindo o ensino superior técnico, médio e profissional, de modo a satisfazer as necessidades de formação de todos os trabalhadores” (OIT 1981).

Portugal, fez a transposição da Diretiva-quadro para ordem legislativa interna através do Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro, relativa à aplicação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho, atualmente revogado pelo, Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho (RJPSSST), pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro¹² (EU-OSHA s/d). Esta transposição a Diretiva n.º 89/391/CEE, vem estabelecer uma abordagem relativamente à segurança e a prevenção geral das questões de saúde no trabalho, um nível de segurança e saúde igual para todos os trabalhadores, definir quais as obrigações das entidades empregadoras para a adoção de medidas de prevenção adequadas para melhoria da segurança e da saúde no trabalho, introduzir o princípio da avaliação dos riscos e os seus principais elementos - identificação dos perigos, participação dos trabalhadores, a prioridade de eliminar os riscos na origem, documentação e reavaliação periódica – bem como realçar novas formas de gestão do risco, orientadas para a prevenção.

¹ Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 89/391/CEE, do Conselho, de 12 de junho, relativa à aplicação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho, alterada pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de setembro, pela Diretiva n.º 2007/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho, e pelo Regulamento (CE) n.º 1137/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro.

² O RJPSSST considera já a 7ª versão, com as alterações da Lei n.º 79/2019, de 02/09, Lei n.º 28/2016, de 23/08, Lei n.º 146/2015, de 09/09, DL n.º 88/2015, de 28/05, Lei n.º 3/2014, de 28/01, e Lei n.º 42/2012, de 28/08.

3.1. A Importância da Segurança e Saúde no Trabalho

A Segurança e Saúde do Trabalho, tem como objetivos fundamentais a prevenção dos riscos profissionais e a proteção e promoção da saúde dos trabalhadores. Através de estratégias de gestão dos fatores de risco profissionais, de ações de vigilância da saúde dos trabalhadores e de promoção da saúde no local de trabalho, a Saúde Ocupacional visa assegurar ambientes de trabalho saudáveis que evitem ou minimizem a exposição a fatores de risco profissionais, contribuam para a melhoria da saúde e bem-estar físico, mental e social, e conseqüentemente um aumento da qualidade de vida no local de trabalho (DGS 2018).

De acordo com Sousa-Uva, um dos grandes objetivos da Saúde Ocupacional, “são a saúde e o bem-estar dos trabalhadores através da prevenção dos riscos profissionais, quer nos aspetos centrados no trabalhador, quer no ambiente de trabalho e na promoção da saúde dos trabalhadores.” (A. Sousa-Uva 2018, 19).

Para um melhor desempenho em Saúde Ocupacional é fundamental uma equipa técnica qualificada e com áreas de especialização adequadas – Figura 1 (DGS 2023).

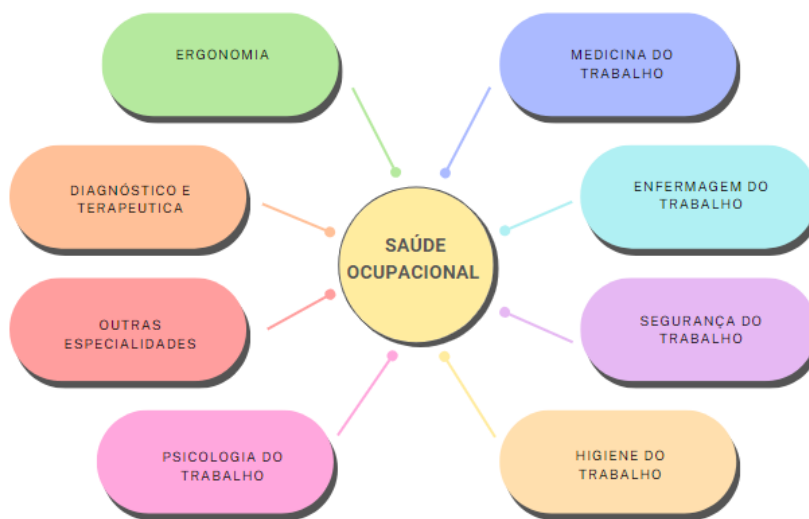


Figura 1-Áreas de especialização da equipa de saúde ocupacional.
Fonte: Adaptado de DGS, 2023.

Para Serranheira e Sousa-Uva a atividade económica e evolução tecnológica trouxeram mudanças importantes à sociedade contemporânea. A ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais e doenças relacionadas e/ou agravadas pelo trabalho esta relacionada com condições de produção, com a organização do

trabalho, características individuais dos trabalhadores e com a forma como o próprio trabalho é realizado. Segundo os autores, o ambiente profissional condiciona frequentemente as situações de risco de acidentes e doenças profissionais (Serranheira e Sousa-Uva 2013). Para Areosa, em muitas organizações passaram a existir riscos organizacionais inevitáveis (Areosa 2011).

Ao analisar as últimas estatísticas emitidas pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, referentes ao ano de 2021, podemos verificar que, nos últimos anos, a população trabalhadora exposta ao risco aumentou em Portugal, e que apesar do número de acidentes de trabalho mortais ter diminuído, o número de acidentes não mortais voltou a aumentar em 2021 (GEP 2023).

Portugal é o terceiro país europeu com maior número de acidentes de trabalho não mortais, e o quinto país com maior número de acidentes mortais – Figura 2 e 3 (EUROSTAT 2020).

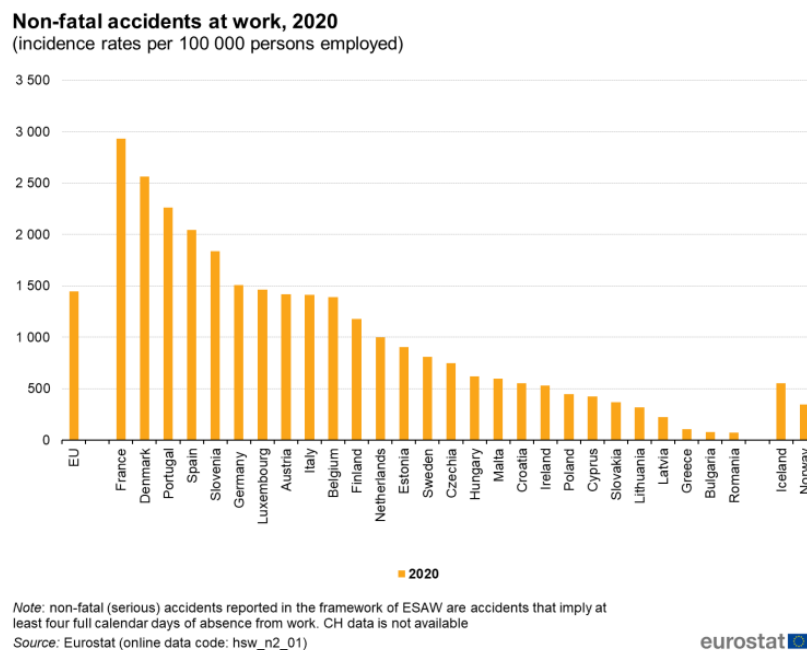


Figura 2 – Acidentes de trabalho não mortais na Europa, 2020.
Fonte: EUROSTAT, 2020

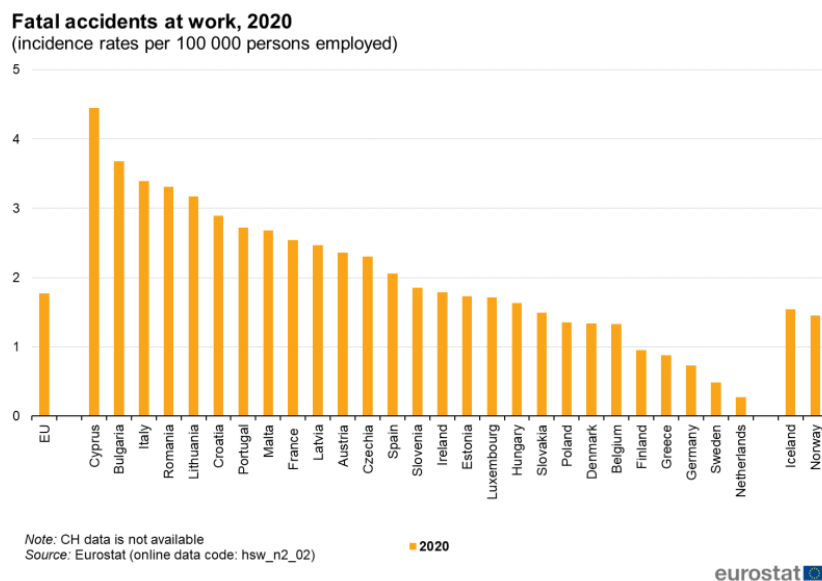


Figura 3 - Acidentes de trabalho mortais na Europa, 2020.

Fonte: EUROSTAT, 2020

Em Portugal, ocorreram 17 562 acidentes de trabalho não mortais, e 3 acidentes mortais, a jovens, entre os 18 e os 24 anos, num total de 166 028 acidentes de trabalho não mortais e 93 acidentes mortais (GEP 2023). Segundo vários estudos, os trabalhadores com menos de três anos de experiência são mais propensos a ter acidentes de trabalho do que outros grupos de trabalhadores (Vale 2015).

A OIT (2018, 7) refere que a incidência de AT é:

(...) mais de 40 por cento superior entre os/as trabalhadores/as jovens, com idades entre os 18 e os 24 anos, do que entre os/as trabalhadores/as menos jovens [e que] os trabalhadores e as trabalhadoras jovens são, na realidade, mais vulneráveis a doenças profissionais porque estão ainda a desenvolver-se, tanto física como mentalmente, e isso, torna-os/as mais suscetíveis aos danos causados por produtos químicos perigosos e outros agentes.

A EU-OSHA realça os fatores (Figura 4) que levam a que os trabalhadores mais jovens estejam particularmente mais expostos que os restantes trabalhadores:



Figura 4 - Fatores que contribuem para o aumento da exposição a fatores de risco profissionais dos trabalhadores mais jovens.

Fonte: (EU-OSHA 2021).

Ter uma atitude pró-ativa, melhora a relação estudante/trabalhadores não docentes/corpo docente, e melhora a preparação para a minimização do risco no contexto do ensino superior (Dehdashti et al. 2020). A abordagem preventiva em SST deve ser iniciada nas Instituições de Ensino e prolongada ao longo da vida de trabalho (Vale 2015).

3.2. Desenvolvimento sustentável

Para a OIT, é cada vez mais evidente a urgência de adotar uma abordagem integrada entre condições de trabalho dignas e organizações ambientalmente responsáveis, tendo no Relatório V - Desenvolvimento sustentável, trabalho digno e empregos verdes (2013) referido a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável 2012 (Rio +20), onde já se alertava para o facto do trabalho digno ser um dos objetivos

centrais e um dos motores do desenvolvimento sustentável e de uma economia mais amiga do ambiente (Bureau Internacional do Trabalho 2013).

“A Agenda 2030 é uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (sócio, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm como base os progressos e lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, estabelecidos entre 2000 e 2015, e são fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo” (ONU s/d).

“Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos”, disse o então secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. “São uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta, e um plano para o sucesso” (Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental 2018).



Figura 5 - Objetivos de desenvolvimento sustentável - Agenda 2030.
Fonte: (ONU s/d).

O Plano Nacional de Saúde (PNS) 2021-2030 tem a saúde sustentável como foco principal, e em alinhamento com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, elege como um dos princípios fundamentais “não deixar ninguém para trás”, o que realça a importância do diagnóstico das desigualdades em saúde. O PNS refere como determinantes sociais específicos que impulsionaram essas desigualdades: pobreza e privação; mobilidade imposta de trabalhadores mal remunerados em empregos

precários; falta de proteção social; habitação sobrelotada; má proteção no trabalho e **baixos padrões de saúde ocupacional**; desigualdade de estatuto legal ou residencial; estigmatização; acesso desigual a informações de saúde pública aceitáveis; acesso desigual a tratamento, prevenção e vacinação (Direção-Geral da Saúde 2022).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) consideram que a Saúde Ocupacional um importante motor para o alcance de três principais objetivos do desenvolvimento sustentável (ver Figura 6).



Figura 6 – Potenciais benefícios da Saúde Ocupacional para os ODS 2030. Fonte: (DGS 2018).

De acordo com a DGS, entre os 17 ODS, a Saúde Ocupacional contribui para potenciais benefícios, destacando o Objetivo 3, Objetivo 8 e Objetivo 12:

Tabela 1 – Contributo da Saúde Ocupacional para os ODS 2030.

Objetivos	Contributo da Saúde Ocupacional
ODS3: Saúde de qualidade - garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.	<ul style="list-style-type: none"> • Alcançar a “cobertura universal de saúde” e o “acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade”, assim como o acesso a “vacinas essenciais”, através da organização e do adequado funcionamento dos Serviços de Saúde do Trabalho nas empresas e estabelecimentos, os quais devem ser disponibilizados a todos os trabalhadores visando a prevenção de riscos profissionais e a promoção de ambientes de trabalho saudáveis e seguros, que potenciem a saúde, o bem-estar e a

Objetivos	Contributo da Saúde Ocupacional
	<p>qualidade de vida, assim como a satisfação pessoal e profissional dos trabalhadores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A “redução substancial do número de mortes e doenças devido a químicos perigosos”, mediante a aplicação do processo de identificação, avaliação e gestão de riscos profissionais de natureza química pelos Serviços de SST/SO das empresas e estabelecimentos. • O reforço da capacidade do país para “o alerta precoce, redução de riscos e gestão de riscos nacionais e globais de saúde”, sobretudo pela prevenção de riscos profissionais incrementada pelos Serviços de SST/SO em estreita articulação com os empregadores, trabalhadores e seus representantes.

Objetivos	Contributo da Saúde Ocupacional
<p>ODS8: Trabalho digno e crescimento económico - promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atingir “níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação”, considerando que trabalhadores mais saudáveis e com adequadas competências profissionais são fatores determinantes da competitividade e capacidade de inovação das empresas e, desta forma, do crescimento económico. • Promover o desenvolvimento e o reforço da política nacional de Saúde e Segurança do Trabalho de forma a: <ul style="list-style-type: none"> - Proteger “os direitos do trabalho” e, conseqüentemente, dos trabalhadores; - Promover “ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes” e “pessoas em empregos precários”; - Apoiar as “atividades produtivas, geração de emprego digno, empreendedorismo, criatividade e inovação”, a “proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil”, assim como o “emprego produtivo” e o “trabalho digno para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência”.

Objetivos	Contributo da Saúde Ocupacional
<p>ODS12: Produção e Consumo Sustentáveis – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Incentivar as empresas, especialmente as de grande dimensão e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade”, nomeadamente pelo reconhecimento da saúde e segurança dos trabalhadores enquanto importante pilar de sustentabilidade de qualquer empresa ou estabelecimento. • “Garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza”, considerando que a saúde dos trabalhadores é “um pré-requisito para a produtividade e desenvolvimento económico do país”¹³ e que através dos Serviços de SST/SO é possível fomentar uma cultura de prevenção e de práticas e estilos de vida saudáveis, designadamente no âmbito das atividades de vigilância e promoção da saúde realizadas por estes Serviços. • “Fortalecer as capacidades científicas e tecnológicas” das empresas para “mudarem para padrões mais sustentáveis de produção e consumo”, tendo em conta que para se alcançar estas capacidades é essencial que os trabalhadores se sintam seguros, saudáveis e satisfeitos, de forma a estimular o conhecimento científico e tecnológico, a criatividade, a inovação e o empreendedorismo e assim gerar mudanças sustentáveis.

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base no documento PNSOC: Extensão 2018/2020, DGS, 2018.

A Agenda 2030, para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, traz à luz “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta” (ONU s/d), tendo definido uma estratégia focada nos jovens. A promoção da Educação para o Desenvolvimento Sustentável surgiu em 1992, quando a UNESCO propôs ações para educação que contribuíram para mudar o modo de pensar e agir da população em todo mundo

(Pimentel 2019). Além dos objetivos mencionados anteriormente, o Objetivo 4 destaca a necessidade de garantir que os estudantes adquiram os conhecimentos e aptidões necessárias para promover o desenvolvimento sustentável (ONU s/d). A EU-OSHA debruçou-se sobre este Objetivo de Desenvolvimento Sustentável na última década (EU-OSHA 2021).

“A educação para o desenvolvimento sustentável é parte integrante de uma educação de qualidade e um dinamizador essencial de todos os outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (UE 2018, C 189/3).

Identificar os ODS significativos e de maior impacto e relacioná-los com a saúde ocupacional, vai permitir definir uma estratégia e indicadores mensuráveis para ajudar as IES a concentrar os seus esforços.

3.3. Literacia em Segurança e Saúde no Trabalho

A União Europeia e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais estabelecem como princípios o direito a educação, formação e aprendizagem ao longo da vida inclusivas e de qualidade para todos, de forma a adquirir competências para uma participação em sociedade e no mercado de trabalho (Jornal Oficial da União Europeia 2018). Para a UE é necessário dotar as pessoas do conjunto de aptidões e competências “para manter os atuais níveis de vida, sustentar elevadas taxas de emprego e fomentar a coesão social à luz da sociedade e do mundo do trabalho de amanhã” (Jornal Oficial da União Europeia 2018, C 189/1) .

Considera-se «Competência», a capacidade comprovada de utilizar o conhecimento, as aptidões e as capacidades pessoais, sociais e/ou metodológicas, em situações profissionais ou em contextos de estudo e para efeitos de desenvolvimento profissional e/ou pessoal. No âmbito do Quadro Europeu de Qualificações, descreve-se a competência em termos de responsabilidade e autonomia.” (UE 2008, C 111/4).

Costa e Costa (2003) consideram que a aquisição de competências é um processo socio-cultural propício ao desenvolvimento de capacidades cognitivas e intencionais do indivíduo, que tem pretende atingir objetivos, independentemente do contexto, seja do

ponto de vista da produção ou académico. Consideram que é um produto gerado dum processo complexo de experiências de aprendizagem do indivíduo para o próprio. Para os autores “o ato educacional é um processo interativo entre o aluno, o objeto de conhecimento, o professor, outros alunos, outros professores e os ambientes que lhe circundam; em outras palavras, é uma interação entre competências docentes e discentes visando à apreensão de significados cada vez mais complexos sobre o objeto de estudo.” (Costa, M e Costa, M. 2004, 48). No exemplo do ensino de biossegurança, os autores consideram importantes a aquisição das seguintes competências:

Tabela 2 - Competências associadas ao ensino (Costa e Costa, 2004, pp. 48-49).

Competências Informacionais	Saber pesquisar, analisar dados e usar a informática para o processamento de informação. Capacidade para circular numa biblioteca, saber utilizar índices e bases de dados. É mais importante desenvolver nos estudantes a capacidade de utilização de fontes de informação, do que fazê-los memorizar dados.
Competências para Formular Problemas	A formulação de problemas implica a construção de modelos mentais da realidade. Uma prática pedagógica indicada para esta competência é a elaboração dum manual com possíveis cenários críticos (situações de risco passíveis de ocorrer) e os procedimentos mitigatórios correspondentes.
Competências para Formular Soluções	Os estudantes devem desenvolver a capacidade para intervir no mundo em que vivem, e não, apenas, verbalizar sobre esse mundo.
Competências Técnicas	No sentido de conhecer, compreender e aplicar recursos técnicos e tecnológicos compatíveis. Esta capacidade inclui tanto destrezas manuais como capacidade de comunicação oral e escrita e capacidades cognitivas.
Competências Interpessoais	No sentido de trabalhar em equipa, ensinar outros, atender clientes, liderar, negociar, etc. Capacidade de distribuir de forma eficiente o tempo, os recursos financeiros, os materiais, o espaço e a equipa, e ser capaz de se interrogar, de detetar prejuízos e de apresentar resultados.

Competências para a Gestão de Competências	A mudança contínua do contexto, requer que os profissionais sejam capazes de adquirir novas competências e de adequar as que estejam obsoletas.
Competências Reflexivas	A reflexão aliada a capacitação técnica, é o princípio reitor da profissionalização. Um profissional da área da saúde, em função da complexidade da sua área, que não exercita constantemente a reflexão, mais facilmente se torna ultrapassado.

Fonte: Tabela elaborada pela autora de acordo com o estudo de Costa e Costa (2004).

Literacia (Porto Editora 2023).

1. *capacidade de ler e escrever; alfabetismo*
2. *capacidade de usar a leitura e a escrita como forma de adquirir conhecimentos, desenvolver as próprias potencialidades e participar ativamente na sociedade*
3. *figurado competência numa determinada área*

A OMS define que a Literacia em Saúde, “é o grau em que os indivíduos têm a capacidade de obter, processar e entender as informações básicas de saúde para utilizarem os serviços e tomarem decisões adequadas de saúde” (OMS citado por DGS, 2018).

A literacia em saúde é fundamental para a capacidade das pessoas de gerir a sua saúde, tendo a formação em saúde ocupacional/segurança e saúde no trabalho um impacto positivo na aquisição de literacia em saúde (Sevinc, N., & Korkut, B. 2020) .

De acordo com Santos, Dias, Dias & Santos citando D’Ambrosio (2005), o novo conceito de literacia integra a capacidade de: 1) processar criticamente informação; 2) interpretar e analisar sinais e códigos criticamente; 3) propor e utilizar modelos e simulações na vida quotidiana; 4) elaborar abstrações sobre representações do real; e de 5) usar e combinar criticamente instrumentos simples ou complexos (Santos, Dias, Dias & Santos 2023).

No Referencial de Educação para o Mundo do Trabalho, a OIT apresenta uma matriz de princípios, valores e áreas de competências que vão acompanhar os alunos desde o

ensino Pré-Escolar, até ao Ensino Secundário, e pretende contribuir para que estes reflitam sobre aspetos formais do trabalho (Direção-Geral da Educação 2021).

Rolo, em 1999, realçava a problemática da ausência de abordagem temática que envolve a Segurança e Saúde no Trabalho, ao nível dos planos curriculares de vários cursos de Engenharia em Portugal, chamando a atenção para a necessidade de se iniciar a abordagem pelo ensino básico, para incutir a ideia de segurança no trabalho (Rolo 1999).

Para Sousa-Uva (2020), a literacia dos trabalhadores em Saúde Ocupacional praticamente ausente ou muito incipiente, e uma das principais medidas na perceção dos riscos profissionais e no combate às más condições de trabalho na SST (Sousa-Uva 2020).

Para a Agência Europeia EU-OSHA, os educadores têm um papel fundamental na passagem de informação e de conceitos de SST (EU-OSHA 2021). No entanto a compreensão do risco não é inata e é necessário que a cultura de segurança esteja integrada no meio familiar e escolar para a sua perceção, de forma coerente e consciente.

É necessário promover a literacia em Segurança e Saúde no Trabalho, de forma a consolidar a cultura de prevenção e segurança e para que todos compreendam os perigos e os riscos inerentes às suas atividades profissionais e respetivas medidas de prevenção e proteção.

Numa ação para melhorar os níveis de literacia e a adoção de comportamentos saudáveis da população portuguesa, a DGS desenvolveu o Plano Nacional de Literacia em Saúde e Ciências do Comportamento 2023-2030. Este documento apresenta várias estratégias, de entre as quais se salienta o Referencial “Saúde de Qualidade: Compromisso para o Ensino Superior”, que em parceria com a Federação Académica do Porto (FAP), desenvolveu uma ferramenta de apoio às comunidades académicas no âmbito da promoção da literacia em saúde e das ciências do comportamento (DGS 2023). Os estabelecimentos de ensino, podem contribuir para que os estudantes, enquanto futuros profissionais, adquiram competências em prevenção do risco, e desempenhem um papel ativo na melhoria da qualidade do estado de saúde, não só enquanto estudantes, mas também ao longo da vida.

É importante que a formação profissional dos futuros trabalhadores esteja integrada num ambiente onde a cultura de segurança é parte da cultura organizacional das IES. Os fatores organizacionais e os valores partilhados pelos elementos de uma organização vão caracterizar a perspetiva em SST (Díaz-Cabrera, D.; Hernández-Fernaud, E; Isla-Díaz, R 2007).

Para Areosa a perceção do risco pode ser construída com base na formação académica e no ambiente de trabalho, pelo que esta perceção face ao risco laboral pode influenciar a maior ou menor ocorrência de acidentes de trabalho (Areosa, 2011, citado por Silva, Ramalho e Oliveira, 2023).

Segundo o Relatório da *American Chemical Society's Committee on Chemical Safety* (CCS), uma forte cultura de segurança para proteger os trabalhadores, é importante na proteção dos estudantes e no desenvolvimento de competências e consciência em segurança. Para a CCS, a gestão juntamente com os docentes e os trabalhadores têm a responsabilidade ética de ensinar e salvaguardar as boas práticas de segurança dos estudantes. A CCS considera que ao desenvolver uma consciência em segurança, os estudantes irão adquirir a capacidade de reconhecer os perigos e avaliar o risco de exposição a esses perigos, de forma a minimizar o risco de exposição, e estarem preparados para responder a emergências laboratoriais (American Chemical Society 2012).

Neto (2013) refere que existem contextos culturais distintos, identificados como o Contexto Cultural Normalizado - compreendido pelos fatores estruturais e processuais da organização, refletindo os aspetos para análise em termos de SST (ex: normas, políticas, funcionamento dos serviços, índices de sinistralidade), e o Contexto Cultural Interiorizado - que incorpora as dimensões percetual e atitudes dos trabalhadores relativamente à SST, ou seja reflete as perceções partilhadas dos trabalhadores relativamente às condições de segurança e saúde na organização. Este último entendido como o clima de segurança da organização. Os autores consideram que nas "organizações onde a cultura organizacional não contempla uma componente de segurança forte e desenvolvida, torna-se um verdadeiro desafio obter resultados e uma influência comportamental positiva no ambiente de trabalho", pelo que importa avaliar a cultura de segurança da organização periodicamente (Pereira e Neto, 2020, 19 citado por Silva, Ramalho e Oliveira, 2023).

Hill e Finster (2013) referem elementos fundamentais para uma forte cultura de segurança numa IES: (1) liderança e gestão da segurança na Instituição; (2) ensino de segurança em laboratório de química através da aprendizagem contínua e aprendizagem em espiral³; (3) atitudes de segurança, consciência em segurança, e ética de segurança dos seus membros; (4) aprender com os incidentes e acidentes; (5) colaboração e interação com outros departamentos da Instituição, SST e Ambiente, e com a ajuda de equipas de emergência local construir fortes culturas de segurança; (6) promover e comunicar em segurança; (7) incentivar o apoio institucional para o financiamento de programas de segurança e recursos (Hill e Finster 2013).

Os autores consideram que cada elemento contribui para a cultura geral de segurança de uma instituição e que os elementos se influenciam entre si. Para estes, os elementos de liderança, educação e atitude em segurança conduzem o caminho da cultura de segurança. Estes autores referem também que o fator com maior impacto na cultura de segurança é o compromisso da gestão, na construção de uma forte cultura de segurança (Hill e Finster, 2013 citado por Silva, Ramalho e Oliveira, 2023). O compromisso pode ser observado quando há esforços de gestão para disponibilizar recursos para estabelecer um sistema que inclua a visão da organização, com objetivos, formação em SST, procedimentos, sanções e auditorias e, que a organização reconheça a segurança como prioridade (Flin, et al. 2000).

Fomentar a literacia em saúde e potenciar a adoção de comportamentos saudáveis contribui para a redução de patologias, a diminuição dos custos com saúde, o aumento da qualidade de vida e para tornar as sociedades mais saudáveis (Batista, 2022, citado por Silva, Ramalho e Oliveira, 2023).

3.4. Ensino Superior Promotor da Saúde

³ Um currículo em espiral é aquele em que há uma interação periódica com tópicos, assuntos ou temas ao longo do curso. Não é simplesmente a repetição de um tópico ensinado, requerendo o aprofundamento do tema em cada abordagem sucessiva, construída sobre a anterior (Harden e Stamper 1999).

Segundo Silva (2011), o modelo de formação, capacitação, educação ou desenvolvimento deve assegurar ao ser humano a oportunidade de ser o que pode ser com base em suas próprias potencialidades, sejam elas inatas ou adquiridas (J. Silva 2011).

As Universidades e Escolas Superiores são instituições de grande influência e podem ajudar a promover a saúde, a melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos estudantes, dos seus trabalhadores e da comunidade. As Universidades Promotoras de Saúdes têm como objetivo criar um ambiente de aprendizagem e cultura organizacional que melhore a saúde, o bem-estar e a sustentabilidade da comunidade académica e permita que as pessoas atinjam todo o seu potencial (EUROHPU 2023). Associadas a ações de responsabilidade social para com a população e a comunidade encontram-se as redes de universidades saudáveis, como são a:

- European Health Promoting Universities (EUROHPU) (EUROHPU 2023);
- Red Española de Universidades Saludables (REUS) (REUPS 2023) ;
- Red Iberoamericana de Universidades Promotoras de la Salud (RIUPS) (RIUPS 2023);
- International Union for Health Promotion and Education (IUHPE) (IUHPE 2023) ;
- Healthy Universities Network (Healthy Universities 2023).

O modelo das Universidades e Escolas Superiores Promotoras de Saúde, tem vindo a constituir-se um exemplo de projeto que mostram que é possível transformar os ambientes de trabalho, tornando-os mais favoráveis à saúde. As instituições de ensino politécnico portuguesas públicas têm desenvolvido um conjunto de iniciativas relacionadas com a promoção da saúde e do bem-estar da comunidade académica, como é o exemplo da Rede Saúde e Bem-Estar no politécnico (Bento 2021).

No X Congresso Iberoamericano de Universidades Promotoras de Saúde 2022, realizado em Coimbra, 29 IES aderiram à carta de compromisso para a criação da Rede Portuguesa das Universidades Promotoras de Saúde (RPUPS), são alguns exemplos: Universidade do Porto, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE 2023), Instituto Politécnico de Coimbra, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Instituto Politécnico da Guarda, Instituto Politécnico de Leiria, Instituto Politécnico de Portalegre,

Instituto Politécnico de Tomar, Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Enfermagem do Porto, Universidade do Algarve.

Um exemplo realçado neste Congresso, foi o da Universidade da Coruña, que desde 2014, assumiu o compromisso de desenvolver um projeto que promove a saúde na cultura universitária. Nesta IES, o departamento dedicado à prevenção dos riscos laborais utiliza duas ferramentas para integrar a segurança e saúde no trabalho na comunidade académica: 1) cursos de formação e 2) Campanhas de informação preventiva para a promoção da saúde (Silva, Ramalho e Oliveira 2023). Para esta IES *“Os centros universitarios, ademais de ser motor de investigación e formación dos profesionais do futuro, son contornas vivas onde interactúan factores ambientais, organizativos e persoais que afectan á saúde e ao benestar. Para considerarse saudable, unha universidade debe adquirir un compromiso global de cara á saúde e desenvolver o seu potencial como axente promotor da saúde, o benestar e a calidade de vida dos que nela estudan e traballan.”* (Universidade da Corunha 2014).

Em Portugal, as IES signatárias desta nova Rede declararam “desempenhar um papel central na criação de uma cultura de promoção da saúde e da sustentabilidade ambiental” com vista à “evolução para uma sociedade mais saudável, solidária, sustentável, livre, justa e tolerante”. As universidades e politécnicos envolvidos vão procurar construir ambientes “pedagogicamente participativos e de diálogo construtivo” (Instituto Politécnico da Guarda 2022).

Estas iniciativas são cada vez mais necessárias. Vários autores têm mostrado que uma percentagem elevada de estudantes do ensino superior manifesta sintomatologia clinicamente significativa na área da saúde mental, com preponderância de stress, ansiedade, perturbações do humor, do sono, alimentares, abuso de substâncias psicoativas, comportamentos autolesivos, entre outros (Carvalho et al., 2013; Gress-Smith, Roubinov, Andreotti, Compas, & Luecken, 2015; Nogueira, 2017; Royal College of Psychiatrists, 2011, citados por Bento, 2021), ou que sofrem de algum tipo de perturbação ou transtorno mental enquanto decorre a sua formação académica, nomeadamente perturbações da ansiedade e depressão (Adewuya et al., 2006; Eisenberg, 2010; Eisenberg et al., 2013; Storrie, 2010; Hunt, & Eisenberg, 2010, citados por Nogueira, 2017, citado por Bento, 2021).

Para Oliveira et al., a UPS integra a Promoção de Saúde nas suas políticas institucionais, diretrizes e práticas (Oliveira, et al. 2019). Leavell e Clark (1965) referem que a “promoção de saúde tem um conceito dinâmico e em constante evolução, caracterizando-se por um conjunto de ações que se propõem a evitar o surgimento das doenças, mas, principalmente, melhorar as condições de vida dos indivíduos por meio da educação, do lazer, da alimentação e moradia adequadas e boas condições de trabalho, entre outras coisas” (Leavell e Clark, 1965 citado por Oliveira et al., 2019. p.384). Segundo Oliveira (2017) “Nestas instituições a promoção da saúde atua de forma transversal, atingindo desde projetos específicos até os currículos das instituições” (Oliveira, 2017, citado por Oliveira et al., 2019. p.391).

No entanto, incluir disciplinas ou módulos sobre saúde no programa curricular não garante, por si só, a adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis. Segundo alguns estudos, os estudantes da área da saúde não demonstraram adotar estilos ativos e saudáveis quando comparados com os estudantes das restantes áreas (Ponte, Fonseca e Carvalho 2019).

No estudo de caso da Universidade de Newcastle concluiu que as políticas primordiais a ser desenvolvidas deveriam incluir oito áreas fundamentais: tabagismo, álcool, dieta, drogas, atividade física, saúde sexual, stresse e saúde ocupacional (World Health Organization 1998).

3.5. Integração da Segurança e Saúde no Trabalho no Ensino Superior

O ensino superior contribuição para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, e ajuda as pessoas a assumirem a responsabilidade pela sua aprendizagem e carreira ao longo da vida. O ensino superior “lança as bases do desenvolvimento sustentável, do crescimento económico, da inovação e da coesão social, desempenhando um papel importante na identificação e resposta aos desafios sociais” (UE 2017, C 429/3). Para a UE é necessário inovar e reforçar a colaboração entre o ensino superior e a investigação, a inovação e o mundo do trabalho, e que será um desafio “dotar os estudantes de melhores conhecimentos, aptidões e competências, respondendo, simultaneamente, ao problema da inadequação das competências e à escassez de competências em determinados setores profissionais” (UE 2017, C 429/3).

A Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho (ENSST 2015-2020) estabelecida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2015, de 10 de setembro, constituiu um documento de referência e teve como objetivo contribuir para uma redução da sinistralidade laboral, e colaborar para melhores níveis de saúde e de bem-estar, e conseqüentemente melhor qualidade de vida, no trabalho. De entre as medidas constantes da Estratégia, podemos destacar a promoção para a inclusão de matérias referentes à segurança e saúde no trabalho em todos os graus de ensino e a inclusão de ações de sensibilização ao longo de todo o percurso escolar, para além da promoção de cursos de formação sobre segurança e saúde no trabalho junto da comunidade educativa, nomeadamente os docentes, educadores e não docentes (Presidência do Conselho de Ministros 2015).

De acordo com a OIT (2018), o crescente investimento com a formação e ensino deve ser acompanhado paralelamente com a integração da SST no ensino e com o desenvolvimento de competências em SST, de forma a contribuir para uma nova geração de trabalhadores/as mais consciente, segura e saudável no trabalho. O desenvolvimento de uma consciência dos perigos e riscos associados ao trabalho, assim como do conhecimento dos seus direitos enquanto profissionais, tem de ser iniciada na escola e prosseguida através de formação profissional e programas de estágio. Neste Relatório é mencionado um estudo que revelou que “a taxa de acidentes de trabalho era 50 % inferior entre os/as trabalhadores/as jovens que tinham beneficiado de educação em SST quando comparados com os trabalhadores/as jovens que não tinham qualquer educação sobre aquelas matérias” (OIT 2018, 34)

A familiarização com a SST ao longo da vida facilita a compreensão do seu papel enquanto futuros trabalhadores e/ou empregadores, e contribui para a cultura de segurança da população trabalhadora.

Considerando que, em Portugal, os jovens podem começar a trabalhar a partir dos 16 anos e que muitos jovens estudantes do ensino superior conciliam os estudos com alguma atividade laboral, são pertinentes o desenvolvimento de competências sobre o risco em SST e de atitudes preventivas e de proteção. Continua a registar-se elevada sinistralidade, pelo que urge reforçar a formação nesta matéria e contribuir para a literacia em SST em todas as fases de aprendizagem.

Um estudo realizado por Dehdashti et al. (2020) refere que os estudantes, funcionários e docentes estão envolvidos em atividades que os expõem a uma variedade de acidentes graves, ou mesmo fatais, em ambiente universitário, e desenvolveu uma avaliação de risco, bem como uma escala de medidas e um plano de ação na redução de riscos. Concluindo que as Instituições de Ensino Superior devem promover programas de formação/capacitação de redução de risco para aumentar o conhecimento e as competências dos estudantes, trabalhadores não docentes e corpo docente, e melhorar a segurança e qualidade de vida na comunidade académica (Dehdashti et al. 2020).

Noutro estudo realizado em Taiwan, é referido que muitas universidades formaram equipas de segurança e higiene, no entanto: a gestão não acompanha devidamente o processo; os professores e os alunos não conhecem totalmente os problemas de segurança; apenas algumas das pessoas responsáveis pela segurança e higiene têm *expertise* nesta matéria (C.-C. Ho, M.-S. Chen 2018).

Para Vale apenas uma abordagem eficaz poderá levar a uma redução no número de acidentes de trabalho nos trabalhadores jovens, pelo que é importante avaliar o impacto das formações iniciais nos estabelecimentos de ensino, e a eficácia das estratégias (Vale 2015).

O Conselho da União Europeia define as boas práticas para responder às necessidades do pessoal educativo - professores, formadores, formadores de professores, dirigentes de estabelecimentos de ensino e formação, formadores de colegas, investigadores e professores universitários, técnicos de juventude e educadores de adultos, assim como empregadores e intervenientes no mercado de trabalho. Para apoiar o desenvolvimento de competências essenciais os Estados-Membros devem, entre outras recomendações:

- Aumentar o nível de competências básicas;
- Maior sensibilização dos estudantes e trabalhadores para a importância da aquisição de competências essenciais e para a sua relação com a sociedade;
- Reforçar a colaboração entre estruturas de educação, formação e aprendizagem a todos os níveis e em diferentes domínios, a fim de melhorar o desenvolvimento continuado das competências dos estudantes e o desenvolvimento de abordagens inovadoras da aprendizagem (UE 2018).

De acordo com a EU-OSHA (2021), a interação numa abordagem da «escola/instituto como organização» é o modelo ideal, assim como de um trabalho articulado entre as várias partes interessadas fundamentais para o sucesso desta integração:

- a) Liderança por parte da direção pedagógica para motivar os funcionários e alunos;
- b) Participação dos alunos, pais e funcionários;
- c) Disponibilização de ferramentas e apoio de ordem prática;
- d) o recurso «Napo para os professores» tem-se revelado útil face a este objetivo;
- e) Ações de formação destinadas a professores;
- f) Trabalhar em rede entre escolas;
- g) Estabelecer uma cooperação entre as autoridades de SST e de educação;
- h) Pragmatismo e associação da educação em matéria de riscos a disciplinas do programa curricular.

O *Canadian Centre for Occupational Health and Safety* (CCOHS), desenvolveu as *Health + Safety Teaching Tools* (Ferramentas para o Ensino da Segurança e Saúde) para professores que ensinam os alunos, a manterem-se saudáveis e seguros quando integrarem o mercado de trabalho, através de conteúdos orientados para alunos do ensino básico e secundário, mas que podem ser adaptados para um público mais jovem (OIT 2018).

Nos Estados Unidos, Oklahoma aprovou em 2015 a lei «Integração da SST no ensino», que exige que as autoridades do trabalho e do ensino do estado forneçam formação sobre segurança no local de trabalho nas escolas, a estudantes com idades entre os 12 e os 18 anos. O estado do Texas aprovou recentemente uma lei semelhante, e mais dois estados, Califórnia e Arkansas, estão atualmente a considerar moldar a sua legislação à lei de Oklahoma (OIT 2018).

De acordo com a EU-OSHA a abordagem da SST no ensino, designado por “*Whole-School Approach*”. A Agência europeia considera que este modelo contribui para a melhoria da saúde e segurança dos trabalhadores docentes e não docentes e dos alunos, e para um melhor ambiente de aprendizagem, tendo um impacto positivo. Destaca também que a formação e envolvimento do corpo docente, nesta área, contribui para a criação de competências e desenvolvimento de confiança para a educação dos alunos.

Atitudes e experiências positivas em relação à participação e envolvimento em SST, são componentes fundamentais para uma boa cultura de segurança. Em alguns dos casos apresentados, foram implementados, com sucesso, sistemas de gestão de SST e meio ambiente, que abrangem as condições de trabalho e formação de professores e alunos (EU-OSHA 2013).

A Rede Europeia de Educação e Formação em Matéria de Segurança e Saúde no Trabalho (ENETOSH) disponibiliza uma plataforma para a partilha de conhecimentos sobre questões relacionadas com a educação e a formação, com vista à integração da SST na educação e na formação, e direcionada a todos os graus de ensino, incluindo o ensino superior, e a formação profissional contínua (OIT 2018).

Em 2010, o relatório intitulado “Integração da SST no ensino universitário” (EU-OSHA 2010) destacou o ensino superior e nas suas especificidades nesta matéria, sendo sugeridas algumas abordagens na integração da SST na educação de nível universitário, como por exemplo:

- Iniciar o processo através do envolvimento de indivíduos e de instituições recetivas;
- Trabalhar em cooperação, em vez de uma atitude de determinação de medidas;
- Considerar as exigências curriculares e as pressões já existentes;
- Limitar o ensino de SST a certos aspetos-chave;
- Incorporar a SST nos cursos, em vez de ser um complemento, especialmente se houver oportunidade muito limitada para módulos.
- Fornecer materiais educacionais de SST adequados, que sejam relevantes para a área de estudo em que estão sendo inseridos, e para a forma como esse tópico é ensinado.
- Utilizar casos reais e procurar maneiras de introduzir métodos de resolução de problemas, aprendizagem ativa, etc.
- Fornecer assistência ao corpo docente sobre como utilizar eficazmente os materiais.
- Associar a necessidade de fornecer instruções de segurança para o trabalho prático, como uma forma de introduzir uma mensagem mais ampla de cultura de prevenção para os estudantes.
- Recorrer a formação em *e-learning* e recursos eletrónicos para apoiar e complementar o ensino em sala de aula, mas também os tornar estes conteúdos

mais amplamente disponíveis no ensino à distância.

- Para a motivação do estudante, associar a formação em SST como contributo para as notas finais ou obtenção de um diploma reconhecido, etc.
- Encontrar o momento certo. Uma universidade ou profissão específica tem que estar pronto para aceitar mudanças, e o momento tem de ser o certo. Por exemplo, considere abrir discussões quando estão a ocorrer mudanças no currículo ou para estratégias em relação ao futuro.
- Envolvimento com associações profissionais sobre currículos de nível universitário.
- Explorar parcerias: cooperação entre universidades, institutos de investigação, autoridades de segurança, seguradoras e indústria.
- Promover uma abordagem "*Whole-University*", ou seja, que considere o envolvimento da comunidade académica, que combina SST / educação para a SST com a criação de um ambiente de trabalho/educacional seguro e saudável para os trabalhadores docentes e não docentes e estudantes, e envolve ativamente toda a comunidade académica no processo.

O modelo abaixo mostra como a relação entre a parceria, a participação e a equidade, se unem aos impulsionadores da saúde pública e do ensino superior para a ação nas três áreas prioritárias:

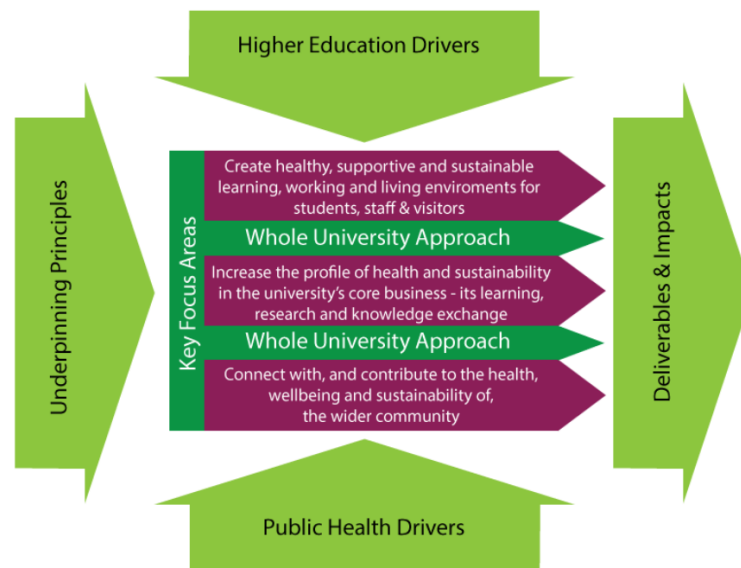


Figura 7 – Modelo Universidades Saudáveis – Um Modelo para Conceituar e Aplicar uma Abordagem “Whole-University” (Healthy Universities 2023).

Fonte: Healthy Universities, 2010, citado por Healthy Universities, 2023.

3.6. O exemplo das Instituições Portuguesas

A realização de estudos em Segurança e Saúde no Trabalho são fundamentais para as IES portuguesas. Ao longo dos últimos anos têm sido desenvolvidos estudos importantes nesta área, que revelaram a necessidade de aprofundar esta matéria, para conhecer a realidade a que estão expostos estes profissionais e que contribuem para a diminuição da sua exposição.

Especificamente quanto aos funcionários não docentes, alguns autores consideram que existem lacunas no conhecimento do risco psicossocial em contexto escolar (Silva e Marques 2013). Segundo Silva e Marques estes trabalhadores encontram-se expostos a fatores de riscos psicossociais, referindo ter de interromper o trabalho várias vezes e executar várias tarefas ao mesmo tempo (Silva e Marques, 2014 citado por Silva, Ramalho e Oliveira, 2023).

Outro estudo, revelou que as dimensões Exigências cognitivas, Exigências emocionais e Ritmo de trabalho⁴ são as que mais afetam a qualidade de vida dos funcionários e que a sua saúde é prejudicada essencialmente pelo stress, pelo burnout e pelos problemas em dormir (Fernandes e Simões Costa 2018).

⁴ Copenhagem Psychosocial Questionnaire (COPSOQ II).

As Universidades e Escolas Superiores Promotoras de Saúde (UEPS), a par das Escolas Promotoras de Saúde ou dos Locais de Trabalho Promotores de Saúde, constituem exemplos de projetos de ambientes favoráveis à saúde que têm gerado movimentos globais (Gräser citado em Soares, Pereira e Canavarro, 2015, citado por Silva, Ramalho e Oliveira, 2023). “Portugal e as suas instituições de ensino superior não têm sido indiferentes a este movimento, apresentando um conjunto diverso de iniciativas que visam contribuir para a promoção da saúde e o bem-estar da sua comunidade e uma vontade expressa de desenvolver a sua rede de trabalho nacional e de colaborar ativamente com a congénere europeia que integra” (Soares, Pereira e Canavarro, 2015, citado por Silva, Ramalho e Oliveira, 2023, pp. 118).

Os serviços de segurança e saúde no trabalho são essenciais para a prevenção de riscos profissionais e a promoção da saúde dos trabalhadores. A legislação portuguesa prevê, no Regime Jurídico da Promoção da SST, a organização do serviço de segurança e saúde no trabalho que pode adotar, uma das seguintes modalidades - Serviço interno, Serviço comum, Serviço externo ou Empregador ou trabalhador(es) designado(s), referindo que as atividades de segurança podem ser organizadas separadamente das da saúde. A organização do serviço de segurança e saúde no trabalho deve adotar a modalidade de serviço interno, sendo admitido o recurso a serviço comum ou externo, que assegure no todo ou em parte o desenvolvimento daquelas atividades e, ainda, a técnicos qualificados em número suficiente para assegurar o desenvolvimento daquelas atividades, nos casos em que na organização não houver meios suficientes para desenvolver as atividades integradas no funcionamento do serviço de segurança e de saúde no trabalho por parte do serviço interno ou pelo empregador ou trabalhador(es) designado(s) (Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa 2023).

De acordo com Silva, Ramalho e Oliveira (2023), algumas IES optaram por implementar serviços de saúde ocupacional, como: o Politécnico de Lisboa (IPL), em articulação com a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL), que criou um Serviço de Saúde Ocupacional (SSO-IPL) destinado aos seus trabalhadores; o Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (ISPUP) criou o serviço de saúde ocupacional na Universidade do Porto; e, o IPC, que recebeu o Selo Healthy Workplaces 2022, também dinamiza várias atividades através do Serviço de Saúde Ocupacional e Ambiental da Instituição. Já o Instituto Superior Técnico (IST) e a Faculdade de Ciências

da Universidade de Lisboa (FCUL) organizaram Serviços de Segurança no Trabalho, e disponibilizam à comunidade académica, procedimentos para melhoria das condições de segurança, como procedimentos de segurança para laboratórios, Planos de Segurança contra Incêndios, Procedimentos em caso de Emergência, entre outros.

No que diz respeito à formação académica, existem várias IES que oferecem cursos de graduação e pós-graduação nesta área, com vista a formar profissionais qualificados no campo da prevenção e proteção de fatores de risco profissionais. No ano letivo de 2023/2024, entraram estudantes para os seguintes níveis de ensino:



Fonte: <https://www.dgeec.mec.pt/np4/235/>

Figura 8 - Formação Superior em SST.

4. Metodologia

4.1. Procedimentos metodológicos

Em conformidade com as leituras exploratórias realizadas, atendendo quer ao problema identificado e materializado na forma de pergunta de investigação, quer aos objetivos gerais e específicos propostos, o estudo insere-se numa perspetiva exploratória com o objetivo de conhecer melhor o tema da promoção da literacia em SST na realidade das IES portuguesas.

Neste sentido, por ter o interesse em aprofundar na lógica intensiva o conhecimento sobre o tema e o problema da promoção da literacia em SST nas IES, propõe-se a preferência por uma abordagem qualitativa, escolhendo como método e técnica preferencial de recolha de dados a análise documental (Bogdan e Biklen 2013 | 1994).

“A pesquisa documental apresenta-se como um método de recolha e de verificação de dados: visa o acesso às fontes pertinentes, escritas ou não, e, a esse título, faz parte integrante da heurística da investigação” (Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. 1997).

No que se refere à análise documental, foi efetuada uma pesquisa documental na modalidade de pesquisa bibliográfica complementada com uma revisão sistemática e integrativa da literatura, recorrendo a informação disponível nos repositórios digitais e públicos das IES, nomeadamente, os planos de estudos das ofertas formativas, planos de atividades/ação, os relatórios técnicos semestrais e ou anuais das atividades institucionais, assim como eventuais estudos (teses) e artigos que houver sobre a questão da integração da SST no Ensino Superior.

Assim, embora, se privilegie o estudo com uma natureza intensiva, não foram construídas amostras de IES.

A pesquisa bibliográfica foi efetuada sob a forma de uma revisão narrativa de literatura, seguindo de perto uma adaptação das orientações de uma revisão sistemática e integrativa que servirão de base para a definição dos eixos da matriz conceptual dos sentidos e valores da promoção da literacia em SST nas IES a estudar. No que concerne às orientações da revisão sistemática, privilegiou-se uma adaptação do guideline PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) (Page, M., McKenzie, J., Bossuyt, P., Boutron, I., Hoffmann, T., & Mulrow, C. et al. 2021), pesquisando os documentos nos repositórios digitais das IES disponíveis

através da internet e outras bases de dados de artigos das revistas científicas: a) âmbito da pesquisa documental (p.ex. B-On e repositórios das IES portuguesas); b) critérios de inclusão (tipo de documentos a ser incluídos e o corte temporal de 5 a 10 anos); c) critérios de exclusão (documentos que não sejam da área do tema, e que não estejam em português, exceto os artigos que podem ser em inglês ou espanhol); d) critérios de validade metodológica (seleção e avaliação cruzada para aferição dos critérios de inclusão e exclusão com apoio do orientador); e) resultados (registo e descrição dos passos da pesquisa); f) tratamento e análise de dados (filtragem, análise de conteúdo, síntese e descrição).

A análise de dados foi efetuada através da aplicação Excel Microsoft Office 365.

4.2. Tipo de estudo

Foi efetuado um estudo exploratório de natureza qualitativa e alicerçada no método da análise documental. Procurou-se efetuar uma revisão narrativa de literatura sobre os documentos das ofertas formativas e planos de atividades das diferentes IES, complementada com uma revisão sistemática e integrativa da literatura sobre os estudos e artigos sobre o tema, e extrair as informações nelas contidas através de técnicas de análise de conteúdo na forma temática e categorial.

De acordo com Minayo (2010), a pesquisa qualitativa proporciona a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referente ao fenómeno estudado de uma sociedade, tendo-se respeito pela diversidade existente. As significações da abordagem qualitativa permitem compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas numa sociedade por meio das representações em que os indivíduos se colocam em cada relação com o meio (Sousa e Santos 2020). Bogdan e Biklen (1994) resumem em cinco as características básicas da pesquisa qualitativa:

“1. Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal[...];

2. A investigação qualitativa é descritiva. Os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números. Os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação. Os dados incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorandos e outros registos oficiais [...];

3. Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos [...];

4. Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva. Não recolhem dados ou provas com o objetivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente; ao invés disso, as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando [...];

5. O significado é de importância vital na abordagem qualitativa. Os investigadores que fazem uso deste tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas.” (Bogdan e Biklen, 1994, pp.47-50 citado por Sousa e Santos 2020).

Espera-se que os resultados do estudo contribuam para clarificar a matriz conceptual dos sentidos e valores que são privilegiados pelas IES na promoção da literacia em SST.

4.3. População alvo

Identifica-se como população alvo as Instituições de Ensino Superior, em Portugal, que lecionam cursos relacionados com as quatro atividades económicas com maior incidência de acidentes de trabalho, de acordo com as Estatísticas de Acidentes de Trabalho.

De acordo com o regime jurídico das instituições de ensino superior (Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro), as instituições de ensino superior integram:

a) As instituições de ensino universitário, que compreendem as universidades, os institutos universitários e outras instituições de ensino universitário;

b) As instituições de ensino politécnico, que compreendem os institutos politécnicos e outras instituições de ensino politécnico.

4.4. Contexto

Foram abrangidos os documentos de gestão das IES (planos de atividades/ação e relatórios, etc.), bem como os Planos de Estudos que conferem graus académicos de licenciado e de mestre no ensino politécnico e no ensino universitário, de acordo com o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, publicado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

4.5. Recolha de dados

No que se refere ao tipo de pesquisa para recolha de dados, procurou-se nos documentos consultados elementos, informações e/ou “saberes” acerca do problema, pertinentes para a pesquisa, com o objetivo de conseguir encontrar respostas. “Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados (...) e no registo de variáveis que presumimos relevantes” (Prodanove Freitas, 2013, citado por Sousa e Santos, 2020, p. 1402).

Para efeitos de método da revisão sistemática adaptou-se uma aproximação aos procedimentos do PRISMA, tomando como ponto de partida a questão: *O que se sabe sobre a literacia em SST no ensino superior?* Em termos específicos da recolha dos documentos e artigos, procedeu-se às combinações dos termos de pesquisa a aplicar nas bases de dados acima mencionadas: Ensino Superior OR Saúde Ocupacional OR Segurança e Saúde no Trabalho AND literacia OR competências AND Cultura de Segurança AND Objetivos de desenvolvimento sustentável OR Agenda 2030 AND Promoção da Saúde AND Universidades Promotoras da Saúde AND Segurança Laboratorial.

Em relação aos artigos científicos e considerando o horizonte temporal de 5 a 10 anos, foram selecionados os que apresentam resultados “originais” sobre literacia em Segurança e Saúde no Trabalho, pelo que apenas foram considerados os que resultaram de investigação teórica e empírica. Porém, não foi aplicado qualquer limite relativamente ao tipo de publicação. Foram excluídos os artigos que só apresentavam resumos, cujos textos integrais não se encontravam disponíveis para consulta.

Quanto à triagem dos documentos, nomeadamente dos artigos, o processo inicial de triagem da revisão centrou-se nos resumos, tendo verificado a elegibilidade dos que reuniam as condições para incluir na revisão de acordo com o objetivo do presente estudo. Procedeu-se na fase seguinte a triagem do texto integral. Nos casos em que o texto integral não se encontrava disponível, o artigo ou documento não foi incluído. Após a seleção do texto integral dos artigos, os mesmos foram lidos e analisados com profundidade. Tendo presente os principais critérios de exclusão referidos acima, foi excluído um grande número de documentos e artigos pelo seguinte: a) conteúdos que não correspondem à noção de literacia; b) conteúdos que reportam apenas a narrativas de opiniões sobre SST sem quaisquer resultados; c) conteúdos que apenas salientam o

tema relacionados com sítios de internet e redes sociais; d) conteúdos que não fazem referência a planos de estudos. Após a triagem, procedeu-se à listagem final dos artigos e documentos considerados elegíveis para uma análise qualitativa mais aprofundada, num total de 248. A síntese dos procedimentos encontra-se descrita na Figura 9.

No caso dos materiais recolhidos (documentos), procedeu-se à análise de conteúdo na forma temática e categorial (Bardin 2009).

Tabela 3 - Critérios para recolha de dados.

Âmbito da pesquisa documental	Critérios de inclusão	Corte temporal	critérios de exclusão
<ul style="list-style-type: none"> - B-On, Science Direct, Mendeley - Repositórios das IES portuguesas - Sites institucionais oficiais na IES 	<ul style="list-style-type: none"> - Documento formal publicado pela IES - Plano de estudos - Plano de atividades 	5 a 10 anos	Documentos que não sejam da área do tema, e que não estejam em português, exceto os artigos que podem ser em inglês ou espanhol.

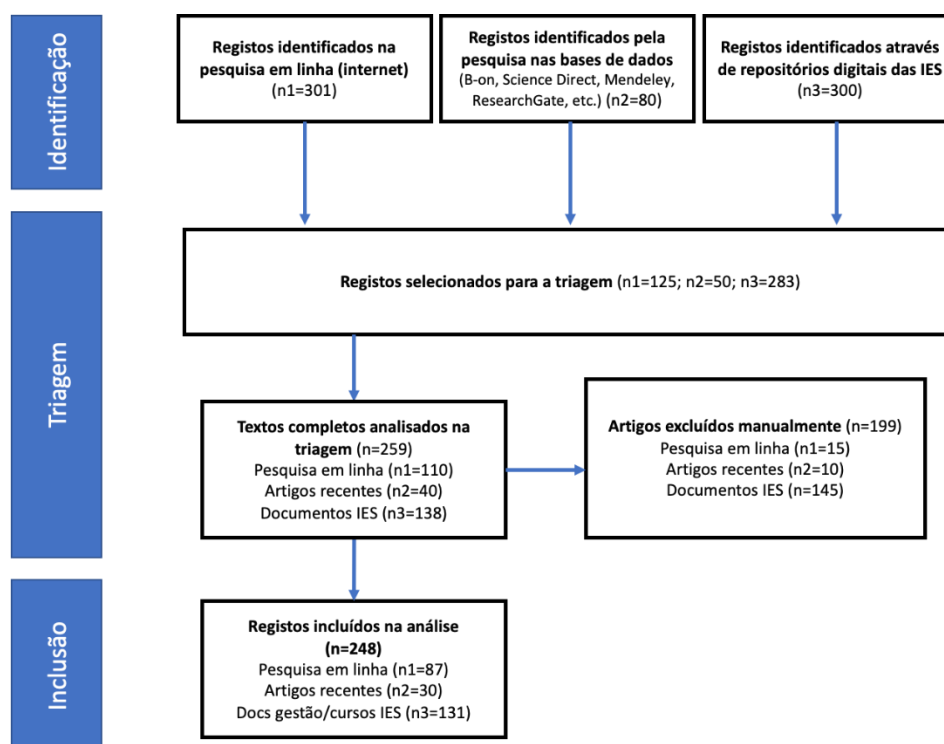


Figura 9 – Esquema da Recolha, Triagem, Seleção e Inclusão dos Documentos para a Revisão.

Fonte: Elaboração própria com adaptação dos procedimentos do PRISMA.

Tabela 4 - Áreas de formação DGES.

Curso	Área (Área de Educação/Formação da DGES)
- Licenciatura - Mestrado	- Ciências da Vida - Ciências Físicas - Ciências Empresariais - Matemática e Estatística - Engenharia e Técnicas Afins - Indústrias Transformadoras - Arquitetura e Construção - Agricultura, Silvicultura e Pescas - Ciências Veterinárias - Saúde

Para a identificação das Instituições e Cursos para análise do conteúdo, foram definidos os seguintes critérios:

1. Atividades económicas com maior incidência de acidentes de trabalho, de acordo com as Estatísticas de Acidentes de Trabalho - 30 de junho de 2023 do GEP:

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA (EE) Atividade Económica (Sector CAE Rev.3)	Total AT		AT Mortais	
	v.a.	tx. Incid.	v.a.	tx. Incid.
Total	166 028	3 450,1	93	1,9
A Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5 875	4 499,9	11	8,4
B Indústrias extrativas	750	8 087,7		0,0
C Indústrias transformadoras	41 907	5 165,0	21	2,6
D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	179	0 858,7		0,0
E Capt., trat. e distrib. água; saneam., gestão de resid. e despoluição	2 612	7 525,3		0,0
F Construção	27 136	8 884,5	37	12,1
G Comér. por grosso e a retalho; repar. de veíc. autom. e motociclo	23 254	3 288,0	7	1,0
H Transportes e armazenagem	8 166	3 757,8	6	2,8
I Alojamento, restauração e similares	8 720	3 568,5	1	0,4
J Atividades de informação e de comunicação	676	384,4	1	0,6
K Atividades financeiras e de seguros	413	335,2		0,0
L Atividades imobiliárias	611	1 304,5		0,0
M Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2 511	0 944,5	3	1,1
N Atividades administrativas e dos serviços de apoio	12 374	~	3	~
O Administração Pública e Defesa; Segurança Social obrigatória	8 391	2 459,8	1	0,3
P Educação	1 662	359,6		0,0
Q Atividades de saúde humana e apoio social	15 245	2 998,9		0,0
R Ativ. artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1 530	2 234,9		0,0
S Outras Atividades de serviços	3 262	2 988,2	1	0,9
T At. famil. empreg. pess. doméstico e ativ. prod. famil. p/ uso próprio	691	833,3	1	1,2
U Ativ. dos organ. internac. e outras instit. extraterritoriais	23	1127,9		0,0
CAE IGNORADA	40	-		-

Figura 10 - Acidentes de trabalho ocorridos em Portugal, por atividade económica. Extrato da síntese 2021.

Fonte: (GEP 2023).

2. Consulta dos pares instituição/curso das áreas de formação divulgados pela DGES (2023) relacionados com as quatro atividades económicas com maior índice de sinistralidade, nomeadamente:
 - a. Indústrias transformadoras;
 - b. Arquitetura e Construção;
 - c. Engenharia e Técnicas Afins;
 - d. Saúde.

4.5.1. Fatores de exclusão

Para além dos aspetos de exclusão já referidos anteriormente no domínio da revisão sistemática realizada segundo a adaptação dos procedimentos do PRISMA, importa ainda salientar que foram excluídos do âmbito desta análise os cursos de graduação e pós-graduação na área específica da gestão dos fatores de risco profissional, bem como os cursos lecionados por menos de três IES, de forma a garantir a confidencialidade.

Não foram ainda considerados os cursos cujo plano de estudos não se encontrava disponível no site institucional.

4.6. Aspetos éticos

De forma a garantir a confidencialidade não são identificadas as IES abrangidas pelo estudo.

5. Análise e tratamento dos dados

Através da análise de conteúdo na forma temática e categorial, procurou-se identificar um conjunto de categorias – Anexo I e Anexo II, consideradas relevantes para caracterizar os eixos da matriz de ação e as estratégias de promoção da literacia em SST nas IES, nomeadamente:

- a) Inclusão de informação nos documentos de gestão – Planeamento estratégico, Plano de atividades, Relatório de Atividades.
 - Os documentos de gestão são fundamentais para o funcionamento de uma IES. Estes evidenciam a visão da gestão e perspetivas futuras que se objetivam para a instituição. Ao reitor e ao presidente que dirige e representa a universidade, o instituto universitário ou o instituto politécnico, respetivamente, cabe elaborar e apresentar ao conselho geral as propostas de: Plano estratégico de médio prazo e plano de ação para o quadriénio do seu mandato; Linhas gerais de orientação da instituição no plano científico e pedagógico; Plano e relatório anuais de atividades. Estes elementos são comuns a todas as IES (Assembleia da República 2007).
- b) Implementação de Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho.
 - Em Portugal, ao abrigo do Código do Trabalho e Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), através do Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho (Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro e suas alterações), as IES devem organizar o serviço de segurança e saúde no trabalho. As atividades de segurança podem ser organizadas separadamente das da saúde.
- c) Informação de Segurança e Saúde para os trabalhadores docentes e não docentes.
 - A prevenção dos riscos profissionais deve assentar numa correta e permanente avaliação de riscos e ser desenvolvida segundo princípios, políticas, normas e programas que visem, a educação, a formação e a informação para a promoção da melhoria da segurança e saúde no trabalho (Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro e suas alterações).

- d) Informação de Segurança e Saúde para a comunidade académica.
 - A prevenção dos riscos profissionais deve assentar numa correta e permanente avaliação de riscos e ser desenvolvida segundo princípios, políticas, normas e programas que visem a sensibilização da sociedade, de forma a criar uma verdadeira cultura de prevenção (Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro e suas alterações).
- e) Integração do tema segurança e saúde no plano de estudos e conteúdo curricular dos cursos.
 - O Estado deve prosseguir a integração de conteúdos sobre a segurança e a saúde no trabalho nos currículos escolares dos vários níveis de ensino, tendo em vista uma cultura de prevenção no quadro geral do sistema educativo e a prevenção dos riscos profissionais como preparação para a vida ativa (Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro e suas alterações).

Na ausência de conteúdo para a resposta aos requisitos definidos anteriormente, considerou-se que existiam critérios para não incluir no tratamento de dados as IES que se enquadram nesta situação.

5.1. Caracterização da população

Considerando os critérios definidos para a consulta dos cursos, que abrangeu as quatro atividades económicas com maior índice de sinistralidade incluídas no boletim da GEP -Estatísticas em Síntese de julho de 2023, foram identificadas 57 IES portuguesas e um total de 196. Destas, foram excluídas 28 IES por ausência de informação, e foram analisadas 29 IES, através da consulta da informação pública disponível no site institucional. Foram consideradas assim, 17 Universidades e 12 Instituições de ensino politécnico (Figura 11).

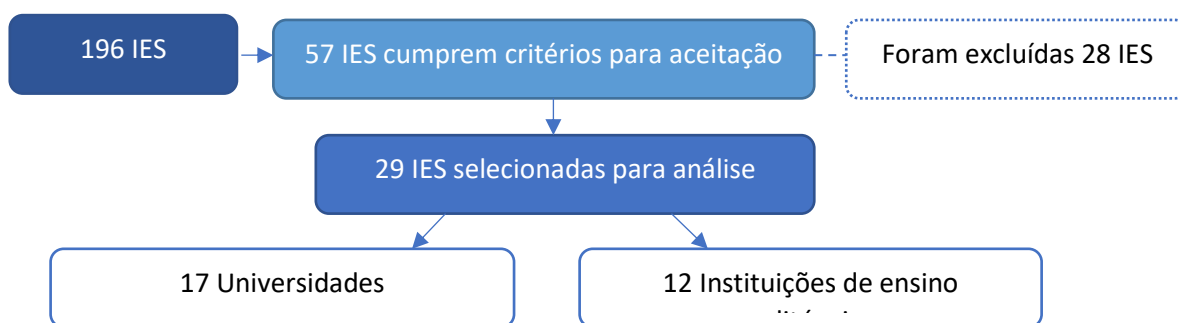


Figura 11 – Caracterização das Instituições de Ensino.

De 198 Cursos que cumprem os critérios para integrar este estudo, foram analisados 102 cursos, cujos critérios de aceitação foram validados. Na Tabela 5, apresentam-se o número de cursos analisados, divididos pelas áreas com atividade económica que apresentaram maior índice de sinistralidade registada pelo GEP.

Tabela 5 - Número de cursos analisados.

Áreas com atividades económicas com maior índice de sinistralidade GEP 2023	N.º Cursos
Indústrias transformadoras	11
Arquitetura e Construção	26
Engenharia e Técnicas Afins	27
Saúde	38

6. Resultados e Discussão de Resultados

No presente capítulo procurou-se efetuar uma análise e interpretação dos dados qualitativos recolhidos, de forma a perceber o seu significado e à luz dos objetivos propostos e questão de investigação.

Considerando o objetivo “Identificar as opções estratégicas em promoção da SST nas diferentes IES”, obtiveram-se os seguintes resultados considerando o conjunto de categorias definidas para o tratamento dos dados:

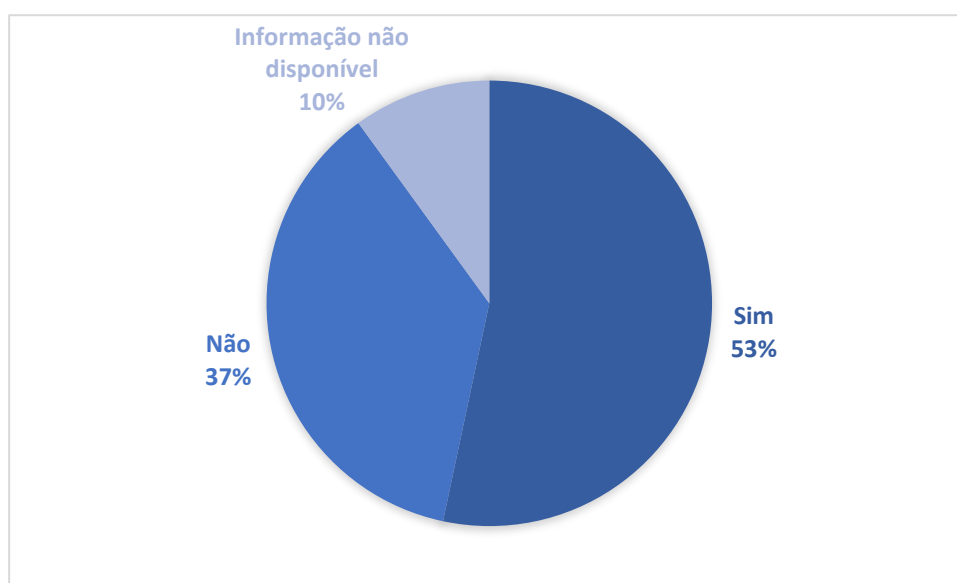
- a) Inclusão de informação nos documentos de gestão – Planeamento estratégico, Plano de atividades, Relatório de Atividades.

Foram consultados e analisados profundamente os documentos de gestão disponibilizados no site de cada IES, nomeadamente: Plano estratégico, Plano de atividades, Plano de Ação, Relatório de atividades.

Da análise dos documentos de gestão, verificou-se que 16 IES incluem estratégias no âmbito segurança do trabalho e saúde no trabalho e promoção da saúde.

Pode dizer-se que, a maioria das instituições analisadas – Gráfico 1, (53%) considera que a SST é uma área prioritária, pelo que foram definidas estratégias futuras, e canalizado investimento e recursos para esta matéria.

Gráfico 1 - Segurança e Saúde refletida nos documentos de gestão.



As opções estratégicas definidas pela Gestão vão refletir as prioridades e identificar as necessidades de investimento de cada Universidade ou Instituto. Das IES consideradas no estudo, identificaram-se as principais opções estratégicas que a seguir se apresentam na Tabela 6.

Tabela 6 - Opções estratégicas adotadas pelas IES portuguesas.

Opções estratégicas das Instituições	Observações	ODS Agenda 2030
Definição de linhas orientadoras no Plano Estratégico.	12 IES refletem as suas atividades de segurança e saúde nos documentos de gestão.	ODS 3 ODS 12
Implementação de um serviço interno de Medicina no Trabalho, Serviços de SST. Melhoria das condições de trabalho através da promoção da saúde, segurança e bem-estar dos trabalhadores.	Dada a ausência de informação nesta matéria, nem sempre se consegue perceber, se a Instituição implementou Serviços de Segurança, Serviços de Saúde ou SST. No entanto verifica-se que existem serviços em 6 instituições, e está na sua maioria integrado nos Departamentos de Recursos Humanos ou Serviços de apoio Técnico.	ODS 3 ODS 8 ODS 12
Promover a qualidade de vida da comunidade académica. Atividades de promoção da saúde.	Verificou-se que 8 instituições optaram por incluir nos seus documentos de gestão apenas as atividades de Promoção da Saúde.	ODS 3
Consultas de psicologia, Promoção da saúde psicossocial, Programa de saúde mental e de apoio psicológico a toda a comunidade académica.	8 IES implementaram Programas de saúde mental para a comunidade académica.	ODS 3 ODS 8 ODS 12
Disponibilização de plataformas de apoio médico, clínicas, consultas médicas para os membros da comunidade académica.	Preferencialmente, as Instituições que integram escolas de saúde, utilizam as suas instalações para a prestação de serviços aos seus profissionais, aos estudantes e comunidade envolvente. Foram identificadas 4 IES.	ODS 3 ODS 8 ODS 12
Prevenir comportamentos de risco (relacionados com a saúde).	Apenas 3 Instituições definem estratégias.	ODS 3
Plano de Emergência Interno referido no guia de acolhimento do estudante.	1 IES	ODS 3

Opções estratégicas das Instituições	Observações	ODS Agenda 2030
Desenvolvimento e aplicação de planos de prevenção, emergência, contingência, de segurança e higiene e a segurança e vigilância.	3 IES referem estar a implementar medidas de autoproteção	ODS 3
Parcerias dos Serviços internos com entidades externas, para consultas médicas aos estudantes.	2 IES	ODS 3 ODS 12
Estabelecimento de relações de cooperação no contexto regional e nacional na prestação de serviços à comunidade.	2 IES utilizam a rede de contactos com parceiros externos para prestação de serviços à comunidade académica.	ODS 3 ODS 8 ODS 12
Formação e sensibilização da comunidade educativa para a segurança e controlo de fatores de risco. Planos de formação contínua para Professores, Investigadores e Funcionários em matéria de prevenção de acidentes no trabalho.	Para 5 IES, as ações de informação através do site institucional são um meio de eleição para chegar aos profissionais docentes e não docentes.	ODS 3 ODS 8
Criar um sistema de disciplinas optativas específicas para a temática de SST.	2 IES permitem a inscrição dos estudantes em disciplinas optativas que abordam as questões de segurança e saúde do trabalho.	ODS 3 ODS 4
Certificação ISO 45001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional.	2 IES tem como objetivo a implementação de um Sistema de Gestão de SST.	ODS 8

Assim, pela análise da tabela anterior, considera-se que existem estratégias de integração das matérias de SST que são utilizadas por diferentes IES, pelo que se considera que existem condições para responder ao objetivo “Identificar as opções estratégicas em promoção da SST nas diferentes IES”. Pode dizer-se ainda que estas IES podem contribuir para os objetivos do desenvolvimento sustentável identificados pela DGS no PNSOC: Extensão 2018/2020, os ODS 3, 8 e 12 da Agenda 2030, estando assim alinhadas com as recomendações da OMS e OIT.

Bergue refere que os estabelecimento de ensino, têm um papel importante “na interface entre a administração pública e a sociedade, nas suas diversas esferas

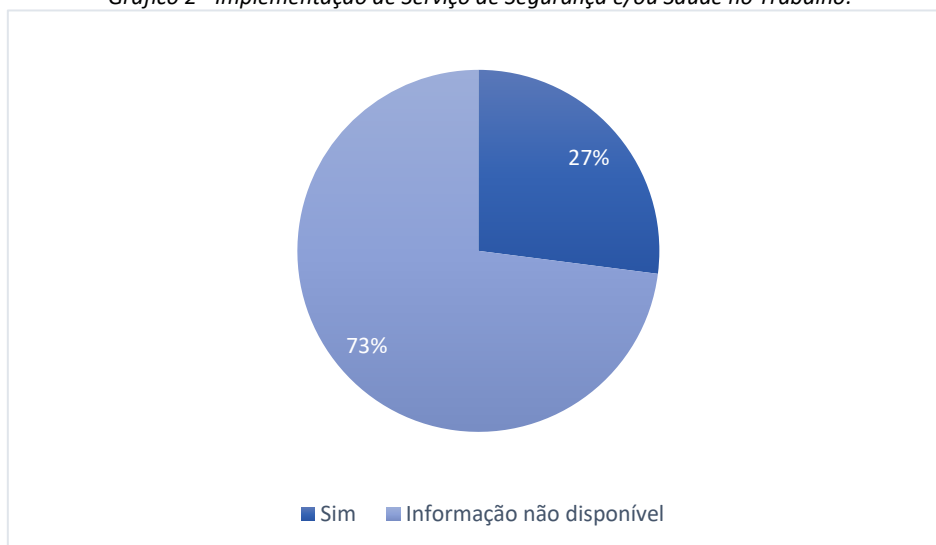
(academia, entidades civis organizadas, setor privado, cidadão, etc.), bem como possui a facilidade de atuar em rede com o compartilhamento de informações, as estruturas dos cursos (presenciais ou à distância) e a disponibilização de docentes ou instrutores” (Bergue, 2020, citado por Warpechowski, 2021, p.12). Para Warpechowski, “formar parcerias com o propósito de promover a educação teórica e prática para melhorar as instituições públicas (ODS 17), proporcionando saúde (ODS 3) e trabalho de qualidade (ODS 8), as escolas são agentes indutores à implementação do tripé que conforma os 17 ODS da Agenda 2030” (Warpechowski, 2021, p.13).

Apesar de se verificar uma orientação estratégica para a integração das matérias de SST, quando se efetua a análise por ODS, não se encontrou uma correlação direta com a Agenda 2030, pelo que vem corroborar os estudos de Rantanen, Muchiri e Lehtinen (2020) que referem que, “mesmo com o sucesso em inúmeros aspetos em termos de cumprimento dos objetivos do Trabalho Decente e da Política Sustentável da ONU, a Agenda de Trabalho Decente e os Programas de Trabalho Decente por país precisam de mais desenvolvimento e inclusão das estratégias, objetivos e ações necessárias para serviços de saúde ocupacional, particularmente em vista da alta carga de doenças relacionadas ao trabalho (...). Em muitos países, as capacidades nacionais de participação e a implementação de Programas de Trabalho Decente precisam ser fortalecidas” (Rantanen; Muchiri; Lehtinen (2020) citado por Silva e Beretta (2022), pp.1134).

b) Implementação de Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho.

No que concerne à implementação de um Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho, da análise de dados obteve-se o gráfico 2:

Gráfico 2 - Implementação de Serviço de Segurança e/ou Saúde no Trabalho.

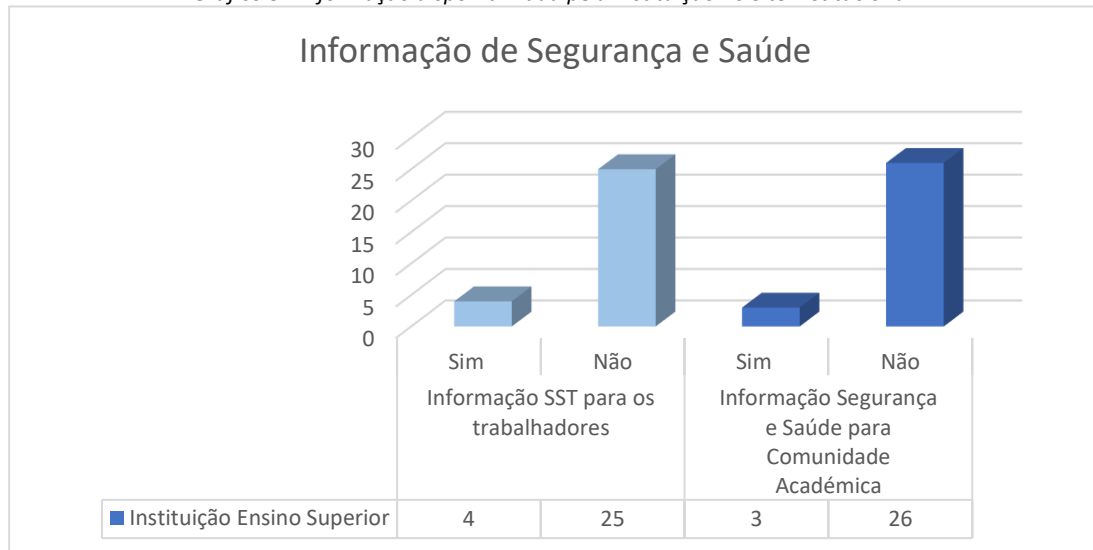


Verificou-se que em 10 IES está implementado um Serviço responsável pela área de Segurança, de Saúde, ou por ambas. No entanto, a maioria das IES não disponibilizam esta informação no site institucional, pelo que não foi possível aferir esta informação. Atendendo a que de acordo com a Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro (versão atualizada) “Na aplicação das medidas de prevenção, o empregador deve organizar os serviços adequados, internos ou externos à empresa, estabelecimento ou serviço, mobilizando os meios necessários, nomeadamente nos domínios das atividades técnicas de prevenção, da formação e da informação, bem como o equipamento de proteção que se torne necessário utilizar.”, será sempre interessante e útil para os trabalhadores, disponibilizar o máximo de informação relativamente às atividades preventivas e aos serviços organizados na instituição.

- c) Informação de Segurança e Saúde para os trabalhadores docentes e não docentes e
- d) Informação de Segurança e Saúde para a comunidade académica.

Relativamente à informação de Segurança e Saúde disponível no site institucional, das 29 IES, apenas 4 disponibilizam, em acesso público, alguma informação para a população trabalhadora, e destas, apenas 3 têm informação para a comunidade académica (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Informação disponibilizada pela Instituição no Site Institucional.



Considerando que a sociedade se encontra numa era digital, a utilização do site institucional pode ser uma plataforma para a disseminação de informação, publicação de ações e promoção de iniciativas e resultados na área da SST. Disponibiliza-se no anexo II maior pormenor relativo as ações de informação publicadas pelas instituições, sendo alguns exemplos:

- Informações gerais de segurança nas instalações;
- Manuais de Segurança Laboratorial;
- Procedimentos em caso de emergência;
- Procedimentos para atuação em caso de acidente, participação de acidente e link para acesso aos impressos.

A facilidade de acesso e abrangência permite chegar a toda a comunidade académica e parceiros. No entanto da análise ao Gráfico 4, percebe-se que o site institucional não é uma via preferencial das IES para a divulgação de informação SST. Apenas 3 IES utilizam este meio de comunicação para a divulgação junto dos trabalhadores e 4 fazem a divulgação de temáticas para toda a comunidade académica. Verificou-se que em algumas instituições a divulgação de informação é efetuada por *intranet* aos trabalhadores e/ou comunidade académica. No entanto, esta informação não foi consultada por serem áreas de acesso condicionado.

De acordo com Pimentel (2019) relativamente à formação dos professores, salienta que “as instituições formadoras enfrentam um grande desafio, a fim de modificar os

seus currículos (não as matrizes curriculares), aproveitando as raízes socioculturais dos alunos, aprendendo mais sobre as especificidades do campo educacional e preparando professores mais qualificados para lidar com as demandas educativas” (Pimentel, 2015 citado por Pimentel, 2019). O autor refere ainda que “na maioria das instituições brasileiras, de educação superior, incluindo as universidades, embora seus professores, ou parte deles, tenham realizado sua formação em cursos de pós-graduação *stricto sensue* possuam experiência profissional significativa e até mesmo anos de estudo em suas áreas específicas, “predomina o desconhecimento científico e até o despreparo para lidar com o processo de ensino e aprendizagem”” (Almeida, 2012 citado por Pimentel, 2019).

- e) Integração do tema segurança e saúde no plano de estudos e conteúdo curricular dos cursos.

Pela análise efetuada verificou-se que dos cursos analisados, apenas 39 cursos incluem a componente de Segurança e Saúde no seu plano de estudos. 15 não disponibilizam o conteúdo curricular e 37 não fazem qualquer referência à SST no seu plano de estudos.

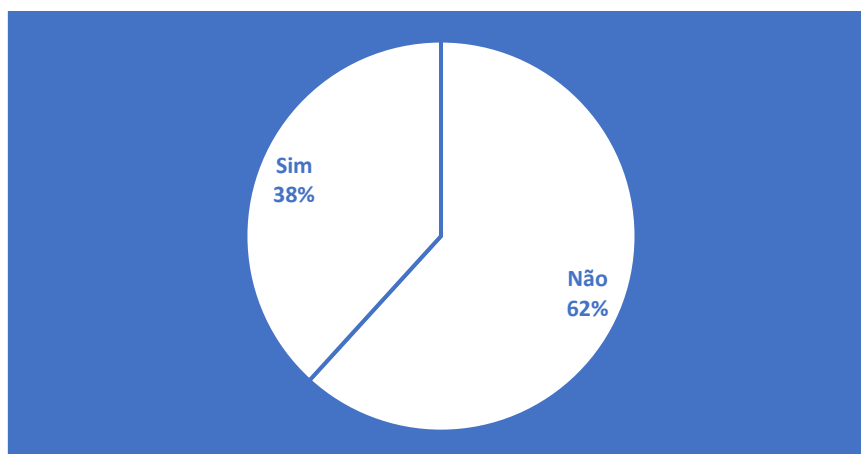
Verificou-se que os 11 cursos que pertencem à área económica da Indústria Transformadora não incluíram a SST no seu conteúdo programático. Os cursos que consideram a SST no seu plano de estudos encontram-se identificados na Tabela 7.

Tabela 7 – Cursos que integram conteúdo de SST no Plano de estudos.

Área económica	Curso	N.º Cursos
Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	26
Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial Engenharia Biomédica Engenharia Química	27
Saúde	Bioquímica Enfermagem Radiofarmácia Ciências Biomédicas Laboratoriais Imagem Médica e Radioterapia Ciências Farmacêuticas	38

Da análise do gráfico 4, verifica-se que, dos 102 cursos analisados, apenas 38% integra a SST no seu conteúdo programático. No entanto, mais importante que a integração da temática SST de uma forma global e de conteúdos inerentes a noções básicas, seria interessante perceber o que é lecionado nesses cursos e unidades curriculares de SST. Ou seja, quais as competências que são dadas aos estudantes?

Gráfico 4 - Integração da SST no Conteúdo Programático.



Atendendo ao estudo de Costa e Costa (2004), procurou-se perceber se os estudantes estão a adquirir competências informacionais, competências para formular problemas, competências para formular soluções, competências técnicas, competências interpessoais, competências para a gestão de competências, competências reflexivas, apresentando-se os resultados na Tabela 8. Para Costa e Costa “estas competências são obtidas, no instante em que o processo educacional reflita numa cumplicidade entre professo-res, alunos e direção da instituição, visando o que chamamos de currículo motivador, onde os elementos significativos, como conteúdos, interações, contemporaneidade temática, entre outros, estejam devidamente contemplados.” (Costa e Costa, 2004, pp. 49).

O trabalhador antes de adquirir competências técnicas, deverá ser capaz de identificar e de valorizar suas próprias capacidades dentro da sua profissão e dentro de outras práticas sociais (Perrenoud, 1994, citado por Pimentel, 2019). De acordo com Pimentel (2019) “um currículo escolar baseado em competências (...) deve relacionar os conhecimentos formais e a utilização em situações concretas. Com isso, os currículos precisam ser revistos e adequados às reais necessidades educacionais e à

heterogeneidade dos estudantes. Para Le Boterf (1994) a competência não pode ser saber-fazer e saber-se e, sim, uma mobilização de saberes em contextos específicos, como saber-combinar, saber-agir e reagir, saber-transferir e saber-partilhar, vinculando o transversal das competências.” (Pimentel, 2019, p.26).

Tabela 8 - Análise do conteúdo da UC em SST.

Área económica	Curso	N.º de Cursos	Conteúdo da Unidade curricular em SST	Possíveis competências adquiridas ⁵
Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	6	Legislação aplicada à SST	- Competências Informacionais
		7	Noções gerais SST	- Competências Informacionais
		2	Segurança em estaleiros, estruturas	- Competências Informacionais - Competências Técnicas
		5	Gestão e Direção de obras	- Competências Técnicas - Competências para a Gestão de Competências
		3	Qualidade, Ambiente e Segurança	- Competências Técnicas - Competências para a Gestão de Competências
Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	4	Legislação SST	- Competências Informacionais
		11	Noções gerais	- Competências Informacionais
	Engenharia Biomédica Engenharia Química	2	Segurança laboratorial	- Competências Informacionais - Competências para Formular Problemas - Competências para Formular Soluções

⁵ Comparação com as diferentes competências mencionadas no estudo de Costa e Costa (2004).

Área económica	Curso	N.º de Cursos	Conteúdo da Unidade curricular em SST	Possíveis competências adquiridas ⁵
				- Competências Técnicas
		1	Proteção radiológica	- Competências Informacionais - Competências Técnicas
Saúde	Bioquímica Enfermagem Radiofarmácia Ciências Biomédicas Laboratoriais	9	Segurança Laboratorial	- Competências Informacionais - Competências para Formular Problemas - Competências para Formular Soluções - Competências Técnicas
	Imagem Médica e Radioterapia	8	Proteção radiológica	- Competências Informacionais - Competências Técnicas
	Ciências Farmacêuticas	3	Legislação SST	- Competências Informacionais
		1	Saúde Ocupacional	- Competências Informacionais - Competências para Formular Problemas - Competências para Formular Soluções - Competências Técnicas - Competências para a Gestão de Competências - Competências Reflexivas

Pela análise da Tabela 8, verifica-se que a forma como a temática em SST é abordada nos diferentes cursos é variável, no entanto, pese embora o Regime jurídico das instituições de ensino superior defina que as IES públicas possuem autonomia pedagógica que lhes confere a capacidade para elaborar os planos de estudos e definir o objeto das unidades curriculares, a Agência Europeia para a SST recomenda que a

integração da segurança e da saúde no currículo não se deve limitar a um assunto específico e independente, mas ser integrado como um tema “transversal”, em diferentes disciplinas (EU-OSHA 2010).

Da relação das possíveis competências adquiridas pelos estudantes verifica-se que quanto mais transversal é a abordagem à temática da SST no currículo dos cursos, mais competências podem ser adquiridas pelos estudantes, corroborando a recomendação internacional da Agência Europeia para a SST.

Surge, no entanto, a questão: Terão as IES conhecimento da recomendação da Agência Europeia para a SST para a integração da segurança e da saúde nos seus currículos? Pela análise efetuada ao Anexo I, verificou-se que em todos os cursos a integração da temática se limita a uma unidade curricular específica ou global e não como um tema transversal. Contraria desta forma as recomendações de referência para um “Campus Socialmente Responsável” do Livro Verde sobre Responsabilidade social e Instituições de Ensino Superior - Observatório sobre Responsabilidade Social e Ensino Superior (ORSIES), nomeadamente: “1) Integração no currículo dos diferentes ciclos de estudos, conteúdos relacionados com a sustentabilidade ambiental, saúde e segurança no campus e estimular a investigação sobre esta temática, de forma interdisciplinar; 2) Ações de sensibilização junto de estudantes, docentes, não docentes e investigadores para adotarem práticas amigas do ambiente, saudáveis e seguras” (ORSIES 2018, p.55).

Seria igualmente importante perceber qual a razão para não mencionar a SST em 62% dos conteúdos programáticos analisados?

Ao fazer um paralelismo com a sinistralidade associada às quatro atividades económicas com maior índice de sinistralidade, pode-se dizer que os cursos que formam profissionais para a área económica da Saúde, fazem uma maior aposta na transmissão de conhecimentos em SST de forma transversal e na sua divulgação através do site institucional.

Considera-se, desta forma, que se verifica o objetivo “Caraterizar as áreas e as tipologias de ofertas formativas, graduadas, conferentes de grau, privilegiadas na promoção da literacia em SST nas diferentes IES”.

Assim, tendo sido identificadas as opções estratégicas em SST das IES analisadas e as áreas e as tipologias de ofertas formativas privilegiadas na promoção da literacia em SST

nas diferentes IES, considera-se que foram alcançados os objetivos propostos para um estudo exploratório, tendo verificado para os objetivos gerais e específicos, que «o contributo das IES de Portugal no fomento das competências para a prevenção do risco em SST/Saúde Ocupacional nos diversos contextos laborais» se encontra numa fase muito inicial. Além da informação disponível nos sites institucionais ser reduzida, também nos objetivos estratégicos, relatórios de atividades e outros documentos de gestão, a preocupação com a SST é pouco evidente. Vem corroborar o referido por Sousa-Uva, quando refere que “O “empoderamento” dos trabalhadores ampliando muito a sua literacia em Saúde Ocupacional é, se não ausente, muito incipiente, e deve ser vista como mais uma das principais medidas de aumento da perceção dos riscos profissionais que deveria ser mais “uma linha da frente” no combate às más condições de trabalho na perspetiva da Saúde e da Segurança do Trabalho.” E que é urgente “um clima e uma cultura de saúde e segurança que reduza, tendencialmente a zero, a probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais. E tal só será alcançado quando as práticas profissionais também exigirem o cumprimento de regras de saúde e segurança nas suas boas práticas e as sociedades se organizarem mais nesse sentido.” (Sousa-Uva 2020).

«Qual é a relevância da promoção da literacia em Segurança e Saúde no Trabalho/Saúde Ocupacional no Ensino Superior em Portugal?», tendo em consideração os objetivos alcançados, o estudo respondeu cabalmente à pergunta da investigação, sendo de salientar o compromisso institucional da maioria das IES analisadas ao nível da problemática da literacia em SST. Contudo, o estudo exploratório permitiu abrir uma nova linha de investigação relacionada com a identificação de necessidades das IES para uma melhor integração da SST no currículo dos diferentes ciclos de estudos, com a seguinte pergunta de investigação «As IES estão preparadas para a integração da SST de forma transversal e interdisciplinar, nos domínios que compõe a oferta formativa e a sensibilização da comunidade académica?».

7. Considerações finais

A OIT considera, que as IES contribuem para gerações de estudantes mais conscientes, confiantes e competentes, e para trabalhadores responsáveis, competentes, qualificados, motivados, e sustentáveis para a obtenção dos melhores resultados, no plano profissional (OIT 2018).

É importante que as IES possuam uma cultura de segurança que acompanhe a formação dos jovens (Dehdashti et al. 2020). As IES podem promover a literacia em Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para que os estudantes desenvolvam, na sua formação, competências para a prevenção do risco. Uma educação eficaz em SST permite que os jovens adotem atitudes e comportamentos orientados para a prevenção, que desenvolvam as competências para a identificação dos perigos e riscos e que desenvolvam igualmente, soluções eficazes em matéria de SST, tanto na escola, como no trabalho, ou a contribuir de alguma forma para a sociedade (OIT 2018).

O presente estudo permitiu alcançar o objetivo geral proposto, isto é, «Conhecer o contributo das IES de Portugal no fomento das competências para a prevenção do risco em SST/Saúde Ocupacional nos diversos contextos laborais».

Em termos de objetivos específicos, foi possível «Identificar as opções estratégicas em promoção da SST nas diferentes IES». Por outras palavras, o estudo permitiu efetuar uma análise direcionada para a perceção das estratégias privilegiadas para a integração da SST nas IES. Embora não exista uma uniformização ou referenciais que permitam uma abordagem específica para o ensino superior, a maioria (53%) das IES implementou estratégias que integram SST e contribuem para a promoção da saúde da comunidade académica, tendo-se identificado as estratégias utilizadas para a promoção da literacia em SST. Considera-se que, embora não exista uma referência formal aos ODS da Agenda 2030 nos documentos de gestão, as estratégias utilizadas pelas IES, se encontram alinhadas com os ODS e podem contribuir para os ODS 3, ODS 4, ODS 8 e ODS 12 da agenda 2030.

Ainda no plano dos objetivos específicos, os resultados do estudo permitiram «Caraterizar as áreas e as tipologias de ofertas formativas, graduadas, conferentes de grau, privilegiadas na promoção da literacia em SST/Saúde Ocupacional nas diferentes IES» analisadas. Aliás, no que se refere à caracterização das tipologias e ofertas formativas privilegiadas pelas IES, foi possível identificar os cursos que integram a SST

no seu plano curricular, e quais as disciplinas onde a temática é abordada. Desta análise resultou ainda uma breve interpretação de resultados, tendo-se identificado possíveis competências adquiridas pelos estudantes que frequentam as disciplinas e cursos com SST no seu currículo. No entanto, será necessário aprofundar esta investigação, de forma a compreender melhor que competências estão os estudantes a adquirir nos cursos que integram a temática em estudo e se estes planos curriculares estão a contribuir para a literacia em SST.

Não existindo nenhuma definição formal do que é a literacia SST, pode-se depreender que é a capacidade de compreender, assimilar e utilizar adequadamente noções básicas de segurança e saúde no trabalho, de forma a tomar as decisões conscientes e informadas, mais adequadas na sua atividade laboral, proteger a sua saúde, e minimizar e/ou eliminar a probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais, do próprio e/ou daqueles que o rodeiam.

Considera-se que as IES portuguesas se encontram a delinear estratégias de SST para os seus profissionais. Já no que concerne aos estudantes, a definição de atividades de segurança para toda a comunidade académica foi verificada em apenas 3 Instituições. Assim, apesar da maioria das instituições definir objetivos e/ou atividades para a promoção da literacia em SST, a abordagem é muito diversa, e que apenas 39 cursos integram a SST no seu conteúdo programático.

Considera-se também que as estratégias, apesar de se encontrarem numa fase embrionária, para 38% a promoção da literacia em Segurança e Saúde no Trabalho é relevante para a formação dos estudantes, apresentando currículos para formação em SST.

Respondida questão de investigação «Qual é a relevância da promoção da literacia em Segurança e Saúde no Trabalho/Saúde Ocupacional no Ensino Superior em Portugal?», o estudo exploratório permitiu abrir uma nova linha de investigação relacionada com a identificação de necessidades das IES para uma melhor integração da SST no currículo dos diferentes ciclos de estudos, com a seguinte pergunta de investigação «As IES estão preparadas para a integração da SST de forma transversal e interdisciplinar, nos domínios que compõe a oferta formativa e a sensibilização da comunidade académica?».

São necessários mais estudos nesta linha de investigação que incluam todas as IES portuguesas. Sugere-se ainda a formalização de um Referencial para o Ensino Superior elaborado pelas entidades competentes nesta temática.

A realização deste estudo permitiu conhecer em que medida estão as IES de Portugal a contribuir para a promoção da literacia em Segurança e Saúde no Trabalho na comunidade académica.

Referências

- C.-C. Ho, M.-S. Chen. "Risk assessment and quality improvement of liquid waste management in Taiwan University chemical laboratories." 2018.
https://www.researchgate.net/publication/320353961_Risk_assessment_and_quality_improvement_of_liquid_waste_management_in_Taiwan_University_chemical_laboratories.
- A3ES. "Referenciais para os sistemas internos de garantia da qualidade nas instituições de ensino superior." 2016.
https://www.a3es.pt/sites/default/files/Referenciais%20ASIGQ_PT_V1.2_Out2016.pdf.
- Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva. ISBN 978-972-662-554-4, 1997.
- American Chemical Society. "Creating Safety Cultures in Academic Institutions: A Report of the Safety Culture Task Force of the ACS Committee on Chemical Safety; American Chemical Society; Washington, DC." 2012. <http://www.acs.org/safety>.
- Areosa, João. "Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 2." *Riscos ocupacionais da imagiologia: estudo de caso num hospital portugueses*, 2011: 297-318.
- Assembleia da República. "Constituição da República Portuguesa ." *Edição Especial – 2021*. ISBN 978-972-556-772-2, 2021.
- . "Diário da República, 1.ª série — N.º 174 — 10 de Setembro de 2007." *Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro*. Assembleia da República, 2007.
- . "Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro." *Código do Trabalho*. Diário da República n.º 30/2009, Série I de 2009-02-12, 2009.
- . "Lei n.º 98/2009, de 04 de Setembro." *Diário da República n.º 172/2009, Série I*. 2009.
- . "Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro." *Regime jurídico das instituições de ensino superior*, 2007: 6358-6389.
- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. ISBN: 9789724415062, 2009.
- Batista, P., Neves-Amado, J., Pereira, A., Amado, J. "Aplicação do questionário FANTASTICO em estudantes universitários: revisão sistemática." Coimbra: Congresso Iberoamericano de Universidades Promotoras da Saúde, Outubro de 2022.
- Bento, M. et al. "Comportamentos de saúde e bem-estar dos estudantes do Ensino Superior Politécnico ." *Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos*, 2021.
- Bogdan, R., e S. Biklen. *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora. ISBN 978-972-0-34112-9, 2013 | 1994.
- Bureau Internacional do Trabalho. "Conferência Internacional do Trabalho - Relatório V Desenvolvimento sustentável, trabalho digno e empregos verdes 102.ª Sessão Genebra." 2013. <https://www.ilo.or>.

- Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental. “Guia sobre Desenvolvimento Sustentável - 17 Objetivos para Transformar o Nosso Mundo.” *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. 2018. https://e4k4c4x9.rocketcdn.me/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf (acedido em 10 de outubro de 2023).
- Costa, M e Costa, M. “Rev. bras. educ. med. 28 (01).” *Educação e Competências em Biossegurança*, 2004: 46-50.
- Dehdashti et al. “Applying health, safety, and environmental risk assessment at academic settings .” 1 de Setembro de 2020. <https://bmcpublihealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-020-09419-5>.
- DGES. *Autonomia*. s/d. <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/autonomia>.
- DGS. “Plano de Ação para a Literacia em Saúde 2019-2021. .” 2018. <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/plano-de-acao-para-a-literacia-em-saude-2019-2021-pdf.aspx>.
- . “Plano Nacional de Literacia em Saúde e Ciências do Comportamento 2023-2030 — Plano Estratégico .” *researchgate*. 26 de junho de 2023. https://www.researchgate.net/publication/371901961_Plano_Nacional_de_Literacia_em_Saude_e_Ciencias_do_Comportamento_2023-2030_-_Plano_Estrategico.
- . “Programa Nacional de Saúde Ocupacional (PNSOC): Extensão 2018/2020.” 2018. <https://www.dgs.pt/saude-ocupacional/programa-nacional4.aspx> (acedido em 3 de 10 de 2022).
- . *Saúde Ocupacional*. 3 de set de 2023. <https://www.sns.gov.pt/noticias/2020/04/28/saude-ocupacional/>.
- Díaz-Cabrera, D.; Hernández-Fernaud, E; Isla-Díaz, R. “An evaluation of a new instrument to measure organisational safety culture values and practices. *Accid. Anal. Prev.* 39, 1202–1211.” 2007. <https://doi.org/10.1016/j.aap.2007.03.005>.
- Dicionários Porto Editora. *Literacia*. s/d. <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/literacia>.
- Direção-Geral da Educação. “Referencial de Educação para o Mundo do Trabalho .” 2021. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_785825.pdf.
- Direção-Geral da Saúde. “Plano Nacional de Saúde 2021-2030 - Saúde Sustentável: de tod@s para tod@s.” Ministério da Saúde, 2022.
- Ensino Magazine. *Coimbra: Rede de Saúde Criada*. 29 de jun de 2023. <https://www.ensino.eu/ensino-magazine/politecnico/2022/coimbra-rede-de-saude-criada/#>.
- ESHTE. *A ESHTE ENTRA NA REDE PORTUGUESA DAS UNIVERSIDADES PROMOTORAS DE SAÚDE*. 27 de set de 2023. <https://www.eshte.pt/pt/artigos/noticias/a-eshte-entra-na-rede-portuguesa-das-universidades-promotoras-de-saude>.

- EU-OSHA. *Diretiva-quadro relativa à SST*. s/d.
<https://osha.europa.eu/pt/legislation/directives/the-osh-framework-directive/the-osh-framework-directive-introduction>.
- . “Factsheet 91 - Challenges and opportunities for mainstreaming OSH into university education — Summary of a Report.” 4 de Fevereiro de 2010.
<https://osha.europa.eu/en/publications/factsheet-91-challenges-and-opportunities-mainstreaming-osh-university-education-summary-report>.
- . “Occupational safety and health and education: a whole-school approach.” 14 de Maio de 2013. <https://osha.europa.eu/en/publications/occupational-safety-and-health-and-education-whole-school-approach/view>.
- . “Os jovens e a segurança e saúde no trabalho.” 2021.
<https://osha.europa.eu/pt/themes/young-workers>.
- EU-OSHAb. “Integração da SST na educação.” s/d.
<https://osha.europa.eu/pt/themes/mainstreaming-osh-education>.
- EUROHPU. *European Health Promoting Universities*. 27 de set de 2023.
<https://www.capfoods.aau.dk/Kindergarten+%26+schools/eurohpu/>.
- EUROSTAT. “Accidents at work statistics.” 2020. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Accidents_at_work_statistics.
- Fernandes, M., e L. Simões Costa. “Riscos Psicossociais, Capacidade para o Trabalho e Saúde: Avaliação e consciencialização de trabalhadores não docentes de uma instituição de ensino superior.” *Vertentes e Desafios da Segurança*. 2018.
<http://hdl.handle.net/10400.26/28167>
- Flin, R., K. Mearns, P. O’Connor, e R. Bryden. “Measuring safety climate: Identifying the common features. *Saf. Sci.* 34, 177–192.” 2000. [https://doi.org/10.1016/S0925-7535\(00\)00012-6](https://doi.org/10.1016/S0925-7535(00)00012-6).
- GEP. *Estatísticas em Síntese*. 30 de 6 de 2023. http://www.gep.mtsss.gov.pt/pesquisa/-/journal_content/56/10182/250848?p_p_auth=SO0V8OUm.
- . “ESTATÍSTICAS SÍNTESE – Acidentes de Trabalho.” 20 de Outubro de 2020.
<http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/26338/at2018sint.pdf/0aa4b28a-6e9b-40ef-a5c4-2db566b325e7>.
- . “ESTATÍSTICAS SÍNTESE – Acidentes de Trabalho.” s.d.
<http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/26338/at2018sint.pdf/0aa4b28a-6e9b-40ef-a5c4-2db566b325e7>.
- Guldenmund, F.W. . “The nature of safety culture: a review of theory and research. *Safety Science* 34. 215-257.” 2000.
<https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S092575350000014X?token=9DCAA53751C635F4E28B5475FAD5DF0C40A1033A535C6C06C5B58AA2457CFA66FBB6B7DB289B66543F40531A4E9BE897&originRegion=eu-west-1&originCreation=20220114101755>.
- Harden, R.M., e N. Stamper . “What is a spiral curriculum? Centre for Medical Education, University of Dundee, Scotland. *Medical Teacher*, Vol. 21, No. 2.” 1999.

- <https://faculty.med.virginia.edu/facultyaffairs/wp-content/blogs.dir/105/files/2016/04/2010-3-23.pdf?r=1>.
- Healthy Universities. *Whole university approach - About the Network*. 28 de set de 2023. <https://healthyuniversities.ac.uk/about-the-network/>.
- Hill, Robert , e David Finster. "American Chemical Society - Academic leaders create strong safety cultures in colleges and universities." 2013. <https://pubs.acs.org/doi/10.1016/j.jchas.2013.06.011>.
- Instituto Politécnico da Guarda. *IPG entra na Rede Portuguesa das Universidades Promotoras de Saúde*. 11 de Outubro de 2022. <https://politecnico guarda.pt/ipg-entra-na-rede-portuguesa-das-universidades-promotoras-de-saude/>.
- IUHPE. *União Internacional para a Promoção da Saúde e Educação*. 26 de set de 2023. <https://www.iuhpe.org/index.php/en/>.
- Jornal Oficial da União Europeia. "Recomendação do Conselho de 22 de maio de 2018 sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida (Texto relevante para efeitos do EEE)." 4 de Junho de 2018. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604(01)&from=EN). .
- Mendes, J., e D. Wünsch. "Elementos para uma nova cultura em segurança e saúde no trabalho." *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 32 (115), 2007: 153-163.
- Neto, Hernâni , João Areosa, e Pedro Arezes. "Liderança e Participação em Segurança e Saúde no Trabalho." Civeri Publishing, 2017.
- OIT. "Constituição da OIT." 8 de Outubro de 2015. https://www.ilo.org/dyn/normlex/fr/f?p=1000:62:0::NO::P62_LIST_ENTRIE_ID:2453907.
- . "Convenção N.º 155 Convenção sobre a Segurança, a Saúde dos Trabalhadores e o Ambiente de Trabalho." 1981. https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_155_oit_seg_saude_trabalhadores.pdf.
- . "Melhorar a Segurança do Trabalho e a Saúde dos Trabalhadores Jovens." 2018. https://www.ilo.org/lisbon/publica%C3%A7%C3%B5es/WCMS_726762/lang--pt/index.htm. .
- Oliveira, A., Á. Trigo, L. Ferro, e M. Rezende. "Programa universidades promotoras de saúde como proposta de promoção de saúde dentro das universidades." *Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq/EDUA*, 2019: 383-400.
- ONU. "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030." s/d. <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>.
- ORSIES . ""Campus Socialmente Responsável"." *Livro Verde sobre Responsabilidade social e Instituições de Ensino Superior*. ORSIES - Observatório sobre Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior, 2018, p.55.
- Page, M., McKenzie, J., Bossuyt, P., Boutron, I., Hoffmann, T., & Mulrow, C. et al. "Updating guidance for reporting systematic reviews: development of the PRISMA 2020

- statement. *Journal Of Clinical Epidemiology*, 134, 103-112.” Junho de 2021.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0895435621000408>.
- Pereira, R., e H. Neto. “Avaliação do clima de segurança numa indústria de espumas a partir das atitudes e comportamentos dos trabalhadores.” *CESQUA Cadernos de Engenharia de Segurança, Qualidade e Ambiente*. N.º 3, 18-38. 2020.
- Pimentel, G. “O Brasil e o desafio da educação e dos educadores na Agenda 2030 da ONU.” *Rev. Nova Paideia -Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa Brasília/DF*, v. 1, n. 3, Núm. Esp.p.22-33. 2019.
- Ponte, M., S. Fonseca, e M. Carvalhal. “A Universidade como espaço promotor de culturas saudáveis.” *Revista Contexto & Educação, Editora Unijuí, Ano 34, nº 107*, 2019: 288-298.
- Porto Editora. *literacia no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa*. 2023. [consult. 2023-09-12]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/literacia>.
- . *Sustentabilidade*. 6 de 12 de 2022. <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/sustentabilidade>.
- Presidência do Conselho de Ministros . “Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2015-2020.” 10 de Setembro de 2015. <https://cidadania.dge.mec.pt/mundo-do-trabalho/estrategia-nacional-para-seguranca-e-saude-no-trabalho>.
- Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. “Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, versão atualizada.” 16 de jul de 2023.
https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_busca_assunto_diploma.php?buscajur=79%2F2019&artigo_id=&pagina=1&ficha=1&nid=1158&tabela=leis.
- . “Lei n.º 42/2012, de 28 de Agosto.” 28 de Agosto de 2012.
http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_strutura.php?tabela=leis&artigo_id=1786A0001&nid=1786&nversao=&tabela=leis&so_miolo.
- REUPS. *Red Española de Universidades Promotoras de Salud (REUPS)*. 27 de set de 2023.
<https://www.um.es/web/reups/>.
- RIUPS. *Red Iberoamericana de Universidades Promotoras de Salud*. 27 de set de 2023.
<https://riupsestudiantes.wixsite.com/riups>.
- Rodrigues, S, e A. Baptista. “Programa de saúde vocal para professores do ensino superior: relato de experiência.” *Revista Docência do Ensino Superior, Belo Horizonte*, v. 11, e033976, 2021: 1-23. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.202>.
- Rolo, J. *Sociologia da Saúde e da Segurança no Trabalho*. SLE – Eletricidade do Sul, S.A., 1999.
- Santos, Dias, Dias & Santos. “Brazilian Journal of Education, Technology and Society (BRAJETS) v.16, Jan-Mar, n.1.” *Análise das debilidades de representações gráficas de dados estatísticos no âmbito da segurança do trabalho*, 2023: 9-22.
- Serranheira, F., e A. Sousa-Uva. *Saúde, Doença e Trabalho: ganhar ou perder a vida a trabalhar?* Diário de Bordo, 2013.

- Sevinc, N., & Korkut, B. "Relationship of occupational health and safety training with health literacy among employees working in the various lines of business." *Universa Medicina*, 39(3), 2020: 171–177.
- Silva, J. "A educação como agente transformador: o capital intelectual como diferencial no mercado de trabalho." *Educação para a Era da Sustentabilidade*, 2011.
- Silva, R., e R. Beretta. "Agenda 2030 (ODS 3 e ODS 8): relações com a saúde do trabalhador." *Open Science Research VIII - ISBN 978-65-5360-234-2 - Volume 8 - pp. 1128-1136*. Editora Científica Digital, 2022.
- Silva, S., e P. Marques. "Pessoal não docente: identificação de fatores de risco psicossociais no desempenho laboral." *Internacional Congress on Safety and Labour Market*. 2013. https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/3571/1/Pessoal%20n%c3%a3o%20docente_identifica%c3%a7%c3%a3o%20de%20fatores%20de%20risco_ICSLM_P011_2013.pdf.
- . "Resultados preliminares de identificação de fatores de risco psicossociais em pessoal não docente." *ISLA (Santarém) - Artigos de Revistas Internacionais com Arbitragem Científica*. 2014. <https://recil.ensinulusofona.pt/handle/10437/4825>.
- Silva, T., F. Ramalho, e C. Oliveira. "O Contributo das Instituições de Ensino Superior para a Segurança e Saúde do Trabalho." *XI Vertentes e Desafios da Segurança - 2023*, 2023.
- Sousa, J., e S. Santos. "Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer." *Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF*, v. 10, n. 2, 2020: p. 1396 - 1416.
- Sousa-Uva. "Literacia em Saúde Ocupacional: necessidade ou exigência na prevenção dos riscos profissionais?" *Safemed*. 17 de Fevereiro de 2020. <https://blog.safemed.pt/literacia-em-saude-ocupacional-necessidade-ou-exigencia-na-prevencao-dos-riscos-profissionais/>.
- . *Trabalhadores saudáveis e seguros em locais de trabalho saudáveis e seguros*. Petrica Editores, Lda. , 2011.
- Sousa-Uva, A. "Saúde Ocupacional: o trabalho ou o trabalhador como principal alvo da sua ação?" 19. Petrica Editores, Lda. ISBN 978-989-99550-8-0, 2018.
- UE. "Conclusões do Conselho sobre uma nova agenda da UE em prol do ensino superior (JO C 429 de 14.12.2017) ." 14 de 12 de 2017. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52017XG1214\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52017XG1214(01)&from=EN).
- . "Conclusões do Conselho sobre uma nova agenda da UE em prol do ensino superior." 2017: C 429/3.
- . "Recomendação do Conselho de 22 de maio de 2018 sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida (Texto relevante para efeitos do EEE)." *Jornal Oficial da União Europeia, de 4 de junho de 2018 (2008/C 111/01)*. 4 de Junho de 2018. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604(01)&from=EN).
- . "Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2008, relativa à instituição do Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida.

.” *Jornal Oficial da União Europeia (2008/C 111/01)*. 6 de Maio de 2008.
<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2008:111:0001:0007:PT:PDF>.

Universidade da Corunha. *UDC Saudable*. 2014. <https://www.udc.es/en/udcsaudable/mision-e-proxecto/>.

Vale, C. “Análise da eficácia de diferentes tipologias de intervenção Pedagógica: Programa de educação sobre segurança e saúde no trabalho para futuros jovens trabalhadores. .”
Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto, 2015.

Warpechowski, Ana. “A GESTÃO DAS EMOÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS COMO AGENDA PRIORITÁRIA DAS ESCOLAS DE GOVERNO.” *VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública*. BRASÍLIA//DF (VIRTUAL) : Sociedade Brasileira de Administração Pública, 2021.

World Health Organization. “Creating a healthy medical school - University of Newcastle.”
Health Promoting Universities, Concept, experience and framework for action, 1998: 59.

Anexos

Anexo I – Identificação das componentes curriculares

Anexo II – Identificação das opções estratégicas

Anexo I – Identificação das componentes curriculares

Grau	Área	Curso	SST/SO refletido no Conteúdo Programático	Análise
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia Mecânica		
Mest Integ	Atividades de saúde humana e apoio social	Ciências Farmacêuticas	Sim	Segurança no laboratório. Regras de utilização do equipamento e material de vidro em laboratório
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Sim	Matérias de Segurança e Saúde no trabalho
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Sim	Sistemas de Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho ISO 45001
Mestrado	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Não	Não refere a inclusão de matérias relacionadas com SST/SO
Licenciatura	Ciências da vida	Bioquímica	Sim	Segurança no laboratório. Caderno de laboratório.

Grau	Área	Curso	SST/SO refletido no Conteúdo Programático	Análise
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Sim	5. Outras competências no âmbito da Engenharia Civil: gestão e transportes; investigação operacional; segurança e higiene no trabalho.
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil		
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Enfermagem	sim	Conhecer as condições de exercício profissional tendo em conta a Segurança e a Saúde no trabalho
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Enfermagem	Não	
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Enfermagem	Sim	Aprofundar a problemática da relação saúde/trabalho; Desenvolver competências na área da enfermagem do trabalho.
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Radiofarmácia	Sim	Apenas conteúdo de Conhecimento da legislação em vigor relativa à radiofarmácia, nomeadamente Normas de Segurança e Radioproteção, normas GMP e GLP e ICRP60. Aula 1 - Regras de Laboratório, Normas Laboratoriais, Normas PSR. Resíduos Hospitalares. Algumas noções na UC Dosimetria, Proteção e Segurança Radiológica.

Grau	Área	Curso	SST/SO refletido no Conteúdo Programático	Análise
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Ciências Biomédicas Laboratoriais	Sim	Higiene e Segurança Laboratorial
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Sim	
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Ciências Biomédicas Laboratoriais	NA	
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Imagem Médica e Radioterapia	NA	
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Sim	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer a legislação aplicada à segurança, higiene e saúde no trabalho. (S) 2. Analisar riscos, aplicar métodos de avaliação de riscos e aplicar medidas preventivas, corretivas e de gestão em trabalhos de construção. (S) 3. Demonstrar conhecimentos das normas de implementação de sistema de gestão de segurança e suas especificações.
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia Mecânica	Não	
Licenciatura	Indústrias transformadoras	Engenharia Alimentar	Não	Apenas existem referências a segurança alimentar

Grau	Área	Curso	SST/SO refletido no Conteúdo Programático	Análise
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Sim	Estratégias e Políticas em matéria de Proteção e Promoção da saúde. Análise de Riscos associados às condições de Segurança, aos Contaminantes Físicos, Químicos e Biológicos. Princípios gerais da Prevenção. Implementação de Sistemas de Gestão de Prevenção. A cultura de prevenção. A Elaboração de Planos de Prevenção de Riscos Profissionais. O conceito de Ergonomia e Aspectos que minimizem cargas de trabalho
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia Química	Não	
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Ciências Biomédicas Laboratoriais	Sim	
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Sim	
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Ausência de conteúdo programático	
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Ciências Biomédicas Laboratoriais	Sim	Objetivos gerais: Aplicar normas de higiene e segurança inerentes à sua actividade profissional
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Imagem Médica e Radioterapia	Ausência de conteúdo programático	

Grau	Área	Curso	SST/SO refletido no Conteúdo Programático	Análise
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Sim	<p>2. HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO</p> <p>a. Introdução à higiene e segurança na construção</p> <p>b. Análise de riscos e sua prevenção</p> <p>c. Legislação</p> <p>d. Equipamentos de protecção individual e colectiva e. Plano de segurança e saúde</p> <p>f. Ficha de procedimento de segurança</p>
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Imagem Médica e Radioterapia	Ausência de conteúdo programático	
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Sim	<p>7. Planos de prevenção e segurança, Técnicas de protecção colectiva e individual. Fichas de segurança de produtos. EPI; Redes e equipamentos de Segurança Contra Incêndio.</p>
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Ciências Biomédicas Laboratoriais	Sim	<p>Compreender o conceito de biossegurança identificando os principais fatores de risco e níveis de contenção laboratorial;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Classificar os agentes biológicos com base nos grupos de risco; <ul style="list-style-type: none"> • Triar corretamente os resíduos laboratoriais; • Saber/estar respeitando as boas práticas laboratoriais;

Grau	Área	Curso	SST/SO refletido no Conteúdo Programático	Análise
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Sim	FUC 6. Segurança e saúde na construção 6.1. Legislação 6.2. Acidentes de trabalho 6.3. Principais índices estatísticos de sinistralidade 6.4. Ruído 6.5. Protecção contra incêndios 6.6. Plano de segurança e saúde na construção
Licenciatura	Indústrias transformadoras	Engenharia Alimentar	Não	Apenas existem referências a segurança alimentar
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Não	NA
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Sim	Refere nos objetivos: "Sensibilizar os alunos para as matérias de Segurança e Saúde no trabalho e respectiva relevância"
Licenciatura	Ciências da Saúde	Ciências Biomédicas Laboratoriais	Sim	Refere nos objetivos "Conhecer e aplicar os equipamentos de proteção individual e coletiva em Ciências Biomédicas Laboratoriais"
Licenciatura	Ciências da Saúde	Ciências Biomédicas Laboratoriais	Não	Não refere informação em Segurança e Saúde dos profissionais
Licenciatura	Ciências da Saúde	Farmácia	Não	Não refere informação em Segurança e Saúde dos profissionais

Grau	Área	Curso	SST/SO refletido no Conteúdo Programático	Análise
Licenciatura	Ciências da Saúde	Imagem Médica e Radioterapia	Sim	Unidade curricular dedicada a segurança e saúde
Licenciatura	Ciências da Saúde	Ortoprotesia	Não	Não refere informação em Segurança e Saúde dos profissionais
Licenciatura	Ciências da Saúde	Saúde Ambiental	NA	Confere acesso ao Título Profissional de Técnico Superior de Segurança do Trabalho. Unidades curriculares dedicadas à Segurança e Saúde: "Saúde Ocupacional", "Segurança do Trabalho", "Higiene do Trabalho"
Mestrado	Ciências da Saúde	Segurança e Higiene do Trabalho	NA	Confere acesso ao Título Profissional de Técnico Superior de Segurança do Trabalho.
Mestrado	Ciências da Saúde	Tecnologias Clínico-Laboratoriais	Não	Não refere informação em Segurança e Saúde dos profissionais
Mestrado	Ciências da Saúde	Engenharia Biomédica	Não	Não refere informação em Segurança e Saúde dos profissionais
Licenciatura	Ciências da Saúde	Ciências Biomédicas Laboratoriais	Não	Não refere informação em Segurança e Saúde dos profissionais
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia Mecânica	Não	Não refere informação em Segurança e Saúde dos profissionais
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Ciências Biomédicas Laboratoriais	Ausência de conteúdo programático	

Grau	Área	Curso	SST/SO refletido no Conteúdo Programático	Análise
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Imagem Médica e Radioterapia	Ausência de conteúdo programático	
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Imagem Médica e Radioterapia	Não	
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Sim	Não permite análise de conteúdo programático
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Conteúdo não disponível	
Licenciatura	Indústrias transformadoras	Engenharia Alimentar	Não	Apenas existem referências a segurança alimentar
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Sim	5.Principal Legislação de Construção Civil 6.Segurança e Saúde na Construção
Licenciatura	Indústrias transformadoras	Engenharia Alimentar	Não	
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Sim	5. Conhecer a legislação relacionadas com a SST; 6. Conhecer as metodologias para implementação de um sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho.
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Sim	3 - A GESTÃO DA SEGURANÇA NA CONSTRUÇÃO

Grau	Área	Curso	SST/SO refletido no Conteúdo Programático	Análise
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Sim	I. Gestão da segurança ii. Riscos: identificação, avaliação, análise e gestão dos riscos iii. Acidentes de trabalho iv. Segurança no trabalho v. Sistemas de gestão da sst (ISO 45001)
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Imagem Médica e Radioterapia	Ausência de conteúdo programático	
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Ciências Biomédicas Laboratoriais	Ausência de conteúdo programático	
Mest Integ	Atividades de saúde humana e apoio social	Ciências Farmacêuticas	Sim	Segurança em laboratórios. Química Geral e Inorgânica: Requisitos de segurança e proteção pessoal em laboratórios de química; Microbiologia Geral: 1. Segurança laboratorial, técnica asséptica
Mest Integ	Atividades de saúde humana e apoio social	Ciências Farmacêuticas		
Mest Integ	Atividades de saúde humana e apoio social	Medicina	NA	NA
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	NA	NA

Grau	Área	Curso	SST/SO refletido no Conteúdo Programático	Análise
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Sim	5. Conhecer a legislação relacionadas com a SST; 6. Conhecer as metodologias para implementação de um sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho.
Mest Integ	Atividades de saúde humana e apoio social	Ciências Farmacêuticas	Ausência de conteúdo programático	
Mest Integ	Atividades de saúde humana e apoio social	Medicina	Ausência de conteúdo programático	
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Conteúdo não disponível	4. - Ações e Verificação da Segurança
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Conteúdo não disponível	NA
Licenciatura	Indústrias transformadoras	Engenharia de Materiais	Não	
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Não	NA
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Sim	Segurança de estruturas Regulamentação nacional em vigor no domínio da segurança e conforto em edifícios, nomeadamente nas áreas da Segurança contra Incêndios, Térmica e Acústica

Grau	Área	Curso	SST/SO refletido no Conteúdo Programático	Análise
Mestrado	Arquitetura e Construção	Civil	Não	Não refere informação em Segurança e Saúde dos profissionais
Mestrado	Engenharia	Industrial	Sim	Direito do Trabalho, Análise de Riscos Profissionais, Organização da Segurança, Psicossociologia do Trabalho, Organização do Trabalho, Segurança na Construção, Ergonomia, Riscos de Incêndio, Riscos Biológicos, Riscos de Explosão, Exposição ao Ruído, Vibrações no Corpo Humano, Ambientes Térmicos, Qualidade do Ar, Ventilação Industrial, Ventilação de Cozinhas Industriais.
Mestrado	Engenharia	Biomédica	Não	Não refere informação em Segurança e Saúde dos profissionais
Mestrado	Engenharia	Biomédica	Sim	Segurança e proteção radiológicas
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia Mecânica	Não	Não refere informação em Segurança e Saúde dos profissionais
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia Química	Sim	Introdução ao laboratório: equipamento, regras de procedimento e normas de segurança.
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Não	NA
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Não	NA

Grau	Área	Curso	SST/SO refletido no Conteúdo Programático	Análise
Licenciatura	Ciências da vida	Bioquímica	Sim	<p>Segurança em Laboratórios de Química e afins.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Classificação e Rotulagem de produtos químicos (GHS e CLP) • Princípios de Boas Práticas de Laboratório (BPL)
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Não	NA
Licenciatura	Indústrias transformadoras	Engenharia de Materiais	Não	
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Sim	<p>Módulo de segurança: Introdução à Gestão da Segurança e Riscos Ocupacionais e Industriais: Enquadramento. Metodologia Geral de Análise e Gestão de Riscos. Princípio ALARP. Prevenção de Acidentes Industriais Graves (AIG) e seu enquadramento legal. Diretivas SEVESO III e ATEX. Saúde e segurança no trabalho. Sistemas de gestão de saúde e segurança no trabalho. Métodos de análise qualitativa e de análise quantitativa de riscos. Técnicas de avaliação da fiabilidade humana. Análise e investigação de acidentes.</p>
Licenciatura	Indústrias transformadoras	Engenharia Alimentar	Não	
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Não	
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Sim	

Grau	Área	Curso	SST/SO refletido no Conteúdo Programático	Análise
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Sim	<p>Conhecer a legislação geral de trabalho, com especial destaque para os deveres e direitos de empregadores e trabalhadores, bem como das exigências de SHST, nos locais de trabalho.</p> <p>Perceber, em sentido lato, os conceitos de Higiene e Segurança no Trabalho e os requisitos da sua implementação prática, incluindo análise de riscos, prevenção, proteção, equipamentos de proteção e organização da segurança.</p> <p>Conhecer e compreender os princípios da segurança, saúde e higiene no trabalho.</p> <p>Conhecer legislação sobre segurança do trabalho e planos de segurança em projecto e em obra.</p>
Licenciatura	Indústrias transformadoras	Engenharia Alimentar	Não	Apenas existem referências a segurança alimentar
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Ciências Biomédicas Laboratoriais	Ausência de conteúdo programático	NA
Licenciatura	Atividades de saúde humana e apoio social	Imagem Médica e Radioterapia	Sim	<p>Legislação e recomendações no domínio da proteção radiológica</p> <p>Boa práticas de proteção radiológica em radiologia, medicina nuclear e radioterapia</p> <p>Dimensionamento das barreiras de proteção radiológica</p>

Grau	Área	Curso	SST/SO refletido no Conteúdo Programático	Análise
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Sim	<p>A ergonomia, a segurança e a higiene do trabalho são componentes essenciais para um trabalho saudável, seguro e de qualidade. Estes aspetos são fundamentais nas organizações modernas que enfrentam elevados níveis de competitividade. Pretende-se com esta unidade curricular que os alunos adquiram conhecimentos sobre estas três vertentes fundamentais para um trabalho saudável e os saibam utilizar e aplicar em situações concretas de trabalho real.</p> <p>Pretende-se igualmente que os alunos sejam capazes de identificar os riscos ocupacionais mais frequentes nos locais de trabalho, bem como conhecer os principais efeitos para a saúde decorrentes da exposição aos mesmos.</p>
Licenciatura	Indústrias transformadoras	Engenharia de Materiais	Não	
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Sim	Opção de Eng. Humana
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Não	NA

Grau	Área	Curso	SST/SO refletido no Conteúdo Programático	Análise
Licenciatura	Indústrias transformadoras	Engenharia de Materiais	Não	
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Não	NA
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Sim	
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Sim	<ol style="list-style-type: none"> 1. Saber como organizar um Serviço de Segurança e Saúde Ocupacional. 2. Estimar os custos dos acidentes de trabalho. 3. Conhecer os principais diplomas legais e normativos aplicáveis. 4. Conhecer os princípios gerais da prevenção dos riscos ocupacionais. 5. Conhecer algumas metodologias de identificação de perigos e avaliação de riscos ocupacionais. 6. Discutir etapas e vertentes da Higiene Industrial. 7. Entender a importância dos diferentes aspectos da ergonomia.
Mest Integ	Atividades de saúde humana e apoio social	Medicina	Ausência de conteúdo programático	
Licenciatura	Arquitetura e Construção	Engenharia Civil	Não	NA
Licenciatura	Indústrias transformadoras	Engenharia de Materiais	Não	

Grau	Área	Curso	SST/SO refletido no Conteúdo Programático	Análise
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Não	NA
Licenciatura	Engenharia e Técnicas Afins	Engenharia e Gestão Industrial	Não	NA

Anexo II – Identificação das opções estratégicas

IES	Critério de exclusão	Serviço de ST/SO implementado	Informação de SST no site para trabalhadores	Informação SST para comunidade no site	Documentos de gestão incluem SST	Análise
A	Não	Informação não disponível	Não	Não	Não	Atividades de Promoção da Saúde. Oferta de consultas psicologia e fisioterapia a toda a população
B	Não	Informação não disponível	Não	Não	Não	Oferta de Serviços de Saúde e Bem-estar aos alunos. Plano de Segurança Interno referido no guia de acolhimento do estudante
C	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Plano estratégico define: - Desenvolvimento de plano de saúde ocupacional - Formação e sensibilização da comunidade educativa para a segurança e controlo de fatores de risco

IES	Critério de exclusão	Serviço de ST/SO implementado	Informação de SST no site para trabalhadores	Informação SST para comunidade no site	Documentos de gestão incluem SST	Análise
D	Não	Sim	Não	Não	Sim	<p><u>Programa de ação:</u> Adotar um plano de saúde e segurança no trabalho, possibilitando a vigilância e promoção da saúde dos trabalhadores</p> <p><u>Plano de atividades:</u> 3 - Promover um campus ambientalmente sustentável, seguro e saudável, que incorpore as preocupações ambientais, a promoção da saúde e da segurança no seu projeto educativo e laboral.</p> <p>Promover a segurança em todas as atividades nos diferentes polos da Escola, quer pela identificação e prevenção dos riscos, quer pela capacidade de resposta rápida a qualquer acidente/incidente. Neste ano, será dada especial atenção ao levantamento da situação, com vista à preparação, definição e implementação de planos de segurança;</p>
E	Não	Não	Não	Não	Sim	Plano Estratégico: Estimular práticas amigas do ambiente cultural, promoção da saúde, segurança e eficiência energética;
F	Não	Não	Não	Não	Sim	<p>Clinica universitária com duas vertentes: prestação de cuidados de saúde; a outra de responsabilidade social corporativa, com consultas gratuitas de Osteopatia e consultas gratuitas de Psicologia ou Nutrição em casos devidamente referenciados de pessoas em situação vulnerável.</p> <p>Programa de Promoção para a Felicidade, que inclui várias atividades de promoção da saúde e bem-estar para a comunidade académica.</p>
G	Não	Informação não disponível	Não	Não	Não	NA
H	Não	Informação não disponível	Não	Não	Não	Plano estratégico

IES	Critério de exclusão	Serviço de ST/SO implementado	Informação de SST no site para trabalhadores	Informação SST para comunidade no site	Documentos de gestão incluem SST	Análise
I	Não	Sim	Não	Não	Sim	Plano de atividades Serviço de SST Realização de ações de formação e informação SST. <u>Plano estratégico:</u> Criar o serviço de Saúde Escolar, , em articulação com a ARS Centro, visando um apoio de primeira linha aos estudantes.
J	Não	Sim	Não	Não	Sim	Plano estratégico
K	Não	Informação não disponível	Não	Não	Sim	Plano estratégico Implementar um Sistema Integrado de Gestão de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho; Refere ter implementado o Sistema Integrado de Gestão de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho Na área dos cuidados de saúde os SAS/IPS dispõem do gabinete que disponibiliza aos estudantes, consultas de psicologia clínica em terapia individual e nutrição.
L	Não	Informação não disponível	Não	Não	Não	
M	Não	Informação não disponível	Não	Não	Sim	Plano de atividades 2023 Participar no plano de comunicação de projetos com vista à inclusão, sustentabilidade e saúde;
N	Não	Informação não disponível	Não	Não	Sim	Plano de atividades OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 Valorização do capital humano e gestão responsável das pessoas Melhoria das condições de trabalho através da promoção da saúde, segurança e bem-estar dos trabalhadores
O	Não	Sim	Não	Não	Não	Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho, integrado nos Serviços Comuns

IES	Critério de exclusão	Serviço de ST/SO implementado	Informação de SST no site para trabalhadores	Informação SST para comunidade no site	Documentos de gestão incluem SST	Análise
P	Não	Informação não disponível	Não	Não	Não	Gabinete de Saúde no Trabalho. Clínica, que servem internamente as Unidades Orgânicas de ensino Superior, bem como, entidades externas, possibilitando o estabelecimento de relações de cooperação no contexto regional e nacional na prestação de serviços à comunidade.
Q	Não	Sim	Não	Não	Sim	Plano de ação 2021-2024 M43 - Melhorar a qualidade de vida no campus, que é uma aspiração de todos os membros da comunidade e inclui aspetos como alimentação, saúde, cultura, limpeza, ruído e qualidade do ar, segurança, transportes e alojamento, etc. Desenvolver o projeto Universidade saudável no prazo de dois anos. Objetivo 3 – Estimular a motivação e proporcionar um ambiente acolhedor: Promover atividades de lazer, saúde e bem-estar para os funcionários da UBI e respetivas famílias. Organizar, em conjunto com o Gabinete de Psicologia da UBI, iniciativas relacionadas com temáticas motivacionais. Objetivo 4 – Consolidar e fortalecer um leque de serviços que assegure uma atenção adequada a toda a comunidade de pessoas: · Melhorar quantitativamente e qualitativamente os serviços do Gabinete de Medicina no Trabalho. · Melhorar quantitativamente e qualitativamente os serviços do Gabinete de Psicologia, no âmbito da assistência psicológica à comunidade universitária. · Desenvolver ações de formação de prevenção e promoção da saúde psicossocial. · Desenvolver planos de formação contínua para Professores, Investigadores e Funcionários em matéria de prevenção de acidentes no trabalho

IES	Critério de exclusão	Serviço de ST/SO implementado	Informação de SST no site para trabalhadores	Informação SST para comunidade no site	Documentos de gestão incluem SST	Análise
R	Não	Informação não disponível	Não	Não	Informação não disponível	Unidade de Equipamentos e Recursos Físicos (UERF): Propor medidas tendentes a assegurar a higiene e a segurança no trabalho; k) Garantir o desenvolvimento e aplicação de planos de prevenção, emergência, contingência, de segurança e higiene e a segurança e vigilância (ativa e passiva);
S	Não	Informação não disponível	Sim	Sim	Sim	<u>Plano estratégico</u> : No que diz respeito ao apoio médico pretende--se fomentar a prevenção, a promoção em saúde e hábitos de vida saudável, bem como potenciar a saúde ocupacional, concretizando as alterações necessárias nas condições de trabalho existentes. <u>Plano de atividades</u> : A criação do serviço interno de Medicina no Trabalho, que se iniciou em 2022, continuará em 2023. A primeira fase relaciona-se com a saúde ocupacional. O objetivo é a prevenção dos riscos profissionais e a proteção da saúde do trabalhador, através da promoção de ambientes de trabalho saudáveis e da qualidade de vida no trabalho. Aumentar a qualidade do serviço prestado na medicina no trabalho permitirá alcançar melhores níveis de conforto, saúde e bem-estar físico, mental e social. <u>Segurança no departamento de química</u> O departamento de química , através da sua comissão de segurança, com o objectivo de ver alargadas as competências técnicas e a organização de informação célere e fiável, disponibiliza neste local documentação, impressos, links e procedimentos de actuação que considera importantes para uma política de segurança responsável e informada.
T	Não	Informação não disponível	Não	Não	Sim	Planeamento estratégico: Ser uma universidade segura e saudável e promover a qualidade de vida da comunidade académica.

IES	Critério de exclusão	Serviço de ST/SO implementado	Informação de SST no site para trabalhadores	Informação SST para comunidade no site	Documentos de gestão incluem SST	Análise
U	Não	Sim	Não	Não	Sim	<p>Plano estratégico: Melhorar as condições de segurança e as medidas de autoproteção.</p> <p>.Implementação do Programa de saúde mental e de apoio psicológico</p> <p>Optativas livres: Segurança e Higiene no Trabalho (com acesso pelos cursos Licenciatura História e Arqueologia; Engenharia Geológica.</p> <p>Licenciatura em Ecologia e Ambiente - Aula Aberta - Segurança no Trabalho e sua Aplicabilidade Transversal</p> <p>Divisão de Segurança e Ambiente</p>
V	Não	Sim	Sim	Sim	Informação não disponível	<p>O Núcleo de Segurança Higiene e Saúde é uma unidade de apoio, vocacionada para a promoção das condições de trabalho na área de segurança e higiene. Desde a sua formação e dinamização, o NESH apresenta-se também vocacionado para a área de intrusão, incêndios ou outros aspectos de protecção e segurança.</p>

W	Não	Informação não disponível	Não	Não	<p>Plano estratégico: Queremos também assegurar a promoção da saúde ocupacional, cuja finalidade é a promoção (e a proteção) da saúde dos trabalhadores, bem como a segurança nos locais de trabalho, contribuindo assim para a qualidade de vida e o bem-estar físico, mental e social – com reflexos diretos na produtividade e no desenvolvimento organizacional.</p> <p>A prevenção e combate do assédio no trabalho erradicando todo o tipo de comportamentos tóxicos é uma das prioridades das sociedades modernas que na UTAD queremos assegurar - são comportamentos que constituem formas específicas de abuso e violência com base no género em ambientes de trabalho particularmente hostis que colocam em causa o bemestar das pessoas. O bem-estar é por inerência um dos valores coletivos que impulsionam a promoção da saúde.</p> <p>10.13. SAÚDE E BEM-ESTAR</p> <ul style="list-style-type: none"> ↳ Promover uma cultura de saúde e bem-estar, num ambiente sustentável, para trabalhar e estudar. ↳ Contribuir para afirmar a UTAD como uma “Universidade Promotora de Saúde”. ↳ Incrementar a literacia em saúde da comunidade académica. ↳ Incentivar a alimentação saudável por parte da comunidade académica - de acordo com os princípios e as boas práticas definidas na Carta para a Alimentação Saudável e Sustentável da UTAD. ↳ Promover a prática da atividade física. <p>Dinamizar e consolidar um serviço de segurança e saúde no trabalho na UTAD.</p> <ul style="list-style-type: none"> ↳ Criar uma cultura de promoção efetiva da segurança e saúde no trabalho, dos docentes, investigadores, trabalhadores não docentes e não investigadores da UTAD. ↳ Promover a saúde mental. ↳ Contribuir para reforçar os elos de confiança da comunidade académica no trabalho da equipa reitoral. ↳ Prevenir comportamentos de risco. ↳ Contribuir para a prevenção do consumo de tabaco, bem como para a diminuição da exposição ao fumo de tabaco ambiental. <p>Obter a Certificação ISSO 45001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional</p>
---	-----	---------------------------	-----	-----	--

IES	Critério de exclusão	Serviço de ST/SO implementado	Informação de SST no site para trabalhadores	Informação SST para comunidade no site	Documentos de gestão incluem SST	Análise
X	Não	Sim	Não	Não	Informação não disponível	Núcleo de Higiene e Segurança no Trabalho
Y	Não	Informação não disponível	Não	Não	Não	São muitos os desafios que esta pandemia tem trazido para o quotidiano da população. A Universidade do Minho, procurando ajudar a mitigar alguns destes desafios, disponibiliza plataformas de apoio médico e psicológico para todos os membros da comunidade académica.
Z	Não	Informação não disponível	Não	Não	Não	PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2023: implementação de medidas preventivas de auto-proteção e segurança contra incêndio na FAUP
AA	Não	Informação não disponível	Não	Não	Não	O Gabinete de Psicologia presta serviços gratuitos de aconselhamento e apoio a alunos e colaboradores da UFP.
AB	Não	Informação não disponível	Não	Não	Não	Medidas de proteção covid-19
AC	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Medidas de emergência e autoproteção. Divisão de Apoio Técnico: A Divisão de Apoio Técnico é o Serviço responsável pela gestão e manutenção dos espaços e dos equipamentos da Faculdade. Assegura o apoio necessário na área da manutenção dos espaços e equipamentos, na área ambiental e na área da segurança, higiene e saúde no trabalho.